



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO DE SOUSA

**AS MULHERES TRANSEXUAIS E OS DESAFIOS DE SUA INSERÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO**

FORTALEZA – CE
2018

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO DE SOUSA

AS MULHERES TRANSEXUAIS E OS DESAFIOS DE SUA INSERÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO

Monografia submetida à aprovação do curso de Bacharelado em Serviço Social pela faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. (a) Esp. Adryana Estácio Trummer

FORTALEZA - CE
2018

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO DE SOUSA

AS MULHERES TRANSEXUAIS E OS DESAFIOS DE SUA INSERÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Adryana Estácio Trummer
(Orientadora- Faculdade Ratio)

Prof.^a Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes
(Avaliadora- Faculdade Ratio)

Prof.^a Ms. Diocleciana Paula da Silva
(Avaliadora- Faculdade Ratio)

Dedico essa monografia primeiramente a Deus, depois a minha mãe que é minha fortaleza, meu porto seguro, por todo o apoio, em terceiro lugar meus irmãos que sempre acreditaram em minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem ele eu nada seria, por ter me dado forças todos os dias, clareando meus pensamentos com seu infinito amor.

Em segundo lugar agradeço a minha família, principalmente, a minha mãe Rita, que é meu porto seguro, meu maior presente, que nunca desistiu de andar ao meu lado.

Aos meus irmãos Moacir, Antônio, Verônica e Roberta por me ajudarem nas horas adversas, oferecendo atenção, cooperação, favorecendo a superação de meus medos.

Agradeço aos meus sobrinhos pelo carinho e nas vezes que me faziam rir quando interiormente estava tão preocupada.

Agradeço a minha orientadora Adryana Trummer, pela paciência nas orientações, indicando o percurso a ser seguido com muito entusiasmo.

Agradeço a minha amiga Layla por ter compartilhado momentos de alegria, leveza, gratidão a vida, a viver sem medo de ser feliz.

Agradeço aos professores que durante a minha vida acadêmica foram capazes de transferir o saber, a ética, os princípios tão necessários para a minha futura profissão, mas que levarei para a vida inteira, me ensinaram a ver a existência de uma forma diferente, a observar a realidade com mais intensidade sem julgamentos, mas com o espírito de igualdade.

Agradeço a Etelvina que, por tantas vezes me ouviu, trouxe calma, contribui com suas experiências, afastou as minhas incertezas, disponibilizou o seu tempo que já é tão dividido, demonstrando sensibilidade e interesse.

Agradeço aos que contribuíram, desejaram e acreditaram que um dia estaria onde cheguei, concluindo uma graduação, essa conquista foi construída da união de todos, de todo o amor envolvido, a cada passo que dei existiram várias dificuldades, mas no final foram superadas.

*Eu sei o preço do sucesso: Dedicação,
trabalho duro e uma incessante devoção
às coisas que você quer ver acontecer.*

(Frank Lloyd Wriqh)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo: analisar os desafios enfrentados pelas mulheres transexuais no mercado de trabalho. Nesse trabalho foi explorado as dificuldades enfrentadas pelas mulheres transexuais na tentativa de entrarem no mercado de trabalho. Como o referido tema do TCC consiste em: “As mulheres transexuais e os desafios de sua inserção no mercado de trabalho”, para o desenvolvimento do mesmo foi feita uma contextualização acerca do que se entende por transexualidade e trabalho, usando para isso seus conceitos, tendo como referencial teórico, os seguintes autores: Guerra, que discorre com propriedade a questão de gênero, em seguida Bento, que define claramente o significado de transexualidade, Marx, sobre trabalho e Souto que descreve do que se trata a transfobia. Posteriormente, foi explorada a transfobia, ressaltando seu significado e explanando sua relação com a transexualidade, mencionando as políticas públicas que amparam as mulheres transexuais. A metodologia utilizada foi a pesquisa de natureza qualitativa, pois trabalha com o universo de significados. Em seguida a pesquisa bibliográfica, por ser utilizada para seu desenvolvimento material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e, por fim, a aplicação de um questionário com o objetivo de encontrar a resposta para a problemática que norteia essa monografia.

Palavras-chave: Transexualidade. Mercado de Trabalho. Transfobia.

ABSTRACT

The present study aims to: analyze the challenges faced by transsexual women in the labor market. This paper explored the difficulties faced by transsexual women in their attempts to enter the labor market. As the aforementioned topic of the CBT consists of: "Transsexual women and the challenges of their insertion in the labor market", for the development of the same was made a contextualization about what is meant by transsexuality and work, using their concepts, having as a theoretical reference, the following authors: Guerra, who properly discusses the gender issue, then Benedict, who clearly defines the meaning of transsexuality, Marx, on work and Souto, who describes what transphobia is about. Subsequently, transphobia was explored, highlighting its meaning and explaining its relation with transsexuality, mentioning the public policies that support transsexual women. The methodology used was qualitative research, because it works with the universe of meanings. Then the bibliographic research, because it is used for its already developed material development, consisting mainly of books and scientific articles and, finally, the application of a questionnaire with the objective of finding the answer to the problematic that guides this monograph.

Keywords: Transsexuality. Job market. Transphobia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ABL - Associação Brasileira de Lésbicas

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BSH - Programa Brasil Sem Homofobia

CF- Constituição Federal

CID - Classificação Internacional de Doenças

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GGB - Grupo Gay da Bahia

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas

MHB - Movimento Homossexual Brasileiro

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não-Governamental

RG - Registro Geral

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Relação de Travestis e Transexuais com o Mercado de Trabalho ...	28
TABELA 2 - Relação de Travestis e Transexuais com o Mercado de Trabalho, conforme gênero	28
TABELA 3 - Trajetória das ações estatais voltadas para a população LGBT em âmbito Federal	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A TRANSEXUALIDADE E TRABALHO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS	24
2.1 Em debate o conceito de transexualidade	24
2.2 O mercado de trabalho/ mulheres transexuais	26
2.3 Gênero e Nome Social	32
2.3.1 Categoria Gênero	32
2.3.2 Nome Social: Garantia de Direito	36
3 A TRANSFOBIA	40
3.1 Transfobia: Qual seu significado e sua relação com a transexualidade	40
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AMPARAM AS TRANSEXUAIS	44
5 OS SUJEITOS DA PESQUISA	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	73
ANEXOS	75

1 INTRODUÇÃO

Para se fazer a abordagem do tema desse trabalho intitulado, “As Mulheres Transexuais e os Desafios de sua Inserção no Mercado de Trabalho”, entendemos que se trata de um tema bastante complexo, pois ainda paira sobre a transexualidade um enorme preconceito, acreditamos que pelo simples fato de a maioria da sociedade não saber o significado da nomenclatura e, principalmente, de como se comportam os transexuais.

Portanto, para dar início a essa discussão acreditamos ser pertinente, que se faça um breve resumo acerca do referido tema, dando ênfase nos conceitos, através de um breve resgate histórico do assunto norteador desse trabalho.

No início da composição desse trabalho existem várias definições sobre transexualidade, porém, a mais mencionada é o sexo biológico em dissonância com o sexo psicológico. (SAMPAIO & COELHO, 2013). Para ASSIS (2004), [...] a pessoa tem a convicção de pertencer a um sexo e possuir genitais opostos ao sexo que psicologicamente se pertence. O olhar patologizante direcionado a transexualidade, entendendo-a como gênero binário, ou seja, apenas o gênero masculino e feminino é existente, o que estiver a quem dessa categoria torna-se doente. (GIONGO et al, 2012)

Na década de 1990, a Classificação Internacional de Doenças - 10 edição (CID-10)¹ passa a classificar a transexualidade como, Transtorno de Identidade Sexual. Em 1994 é publicado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV)², que altera a nomenclatura para Transtorno de Identidade de Gênero. (SAMPAIO & COELHO, 2013)

Porém, essa lista sofreu uma mudança no ano de 2018 e que entrará em vigor em 2022, foi intitulada como Classificação Internacional de Doenças - 11 (CID-11). Essa lista engloba a saúde sexual, a transexualidade encontra-se nessa lista e vai mudar de classificação, ou seja, ela sai da lista das doenças mentais e passa a

¹ É um catálogo publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem por objetivo criar uma codificação padrão para as doenças.

² É uma classificação categórica que divide os transtornos mentais em tipos, baseados em grupos de critérios com características definidas. Utilizando-se a nomenclatura padrão para definir os transtornos e fornecer instruções codificadas precisas para diagnósticos, o DSM-IV facilita o diagnóstico, o tratamento e as análises estatísticas dos transtornos mentais.

ser tratada como “incongruência de gênero”³ e, portanto, a partir de agora, a mesma não pode ser diagnosticada antes da puberdade, mas continua na lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), dentro da categoria da saúde sexual. Como refere-se a citação a seguir.

Saúde sexual- A CID-11 conta também com novos capítulos, entre eles sobre saúde sexual, que engloba condições que eram categorizadas de maneira desatualizada, como, por exemplo, incongruência de gênero, que na versão anterior se enquadrava em saúde mental. (OPAS BRASIL⁴, 2018)

A CID-11 reflete as mudanças e os avanços na Medicina e Tecnologia que aconteceram de lá para cá. A estrutura de codificação e ferramentas eletrônicas foram simplificadas, para permitir que o profissional possa registrar os problemas de maneira mais fácil e eficaz. A nova classificação conta com 55 mil códigos únicos para lesões, doenças e causas de morte versus 14.400 da CID-10 (OPAS Brasil, 2018).

Portanto, na contemporaneidade, o que se percebe é que está ocorrendo uma desconstrução do que, até então, as pessoas entendiam por transexualidade, pois segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), menciona que se trata de um transtorno de gênero, ou seja, o indivíduo não se enxerga com o gênero que lhe foi designado no seu nascimento, com isso, sentindo a necessidade de adotar as feições e hábitos do sexo oposto ao seu. Em síntese, o transexual seja ele masculino ou feminino, passam a não se sentir à vontade com sua própria anatomia. Segundo Lima (2011, p. 169):

O fato de um indivíduo se sentir homem ou mulher (sua identidade de gênero) não tem, necessariamente, relação com seu sexo biológico (identidade sexual); nem tampouco com sua orientação sexual (que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual). Contudo, no Ocidente, o conceito de gênero está colado ao de sexualidade/reprodução, o que promove uma imensa dificuldade de separar, segundo o senso comum, a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual.

A citação acima reforça ainda mais o que foi mencionado anteriormente, que o fato do indivíduo se sentir com o gênero oposto ao dele, nada tem a ver com seu sexo biológico, ou orientação sexual, simplesmente acontece e o que o restante da

³ É caracterizada pela incompatibilidade marcada e persistente entre o gênero vivido e o gênero atribuído a ela (SÃO PAULO, 2018).

⁴ Organização Pan-Americana da saúde.

sociedade tem a fazer é se conscientizar de que não se trata de uma doença mental como se pensava, mas sim, uma condição de vida.

Essa nova condição de vida adotada pelas transexuais as faz sofrer bastante preconceito em todos os aspectos, seja em sua vida familiar, na escola e, principalmente, no mercado de trabalho. Por esse motivo, o referido trabalho veio para enfatizar acerca das dificuldades sofrida pelas mulheres transexuais no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho naturalmente é seletivo, competitivo, com várias exigências, pois ingressar em um emprego não é fácil, o candidato precisa estar dentro do perfil estabelecido pelas empresas, se adequar para cumprir o padrão requerido lançado para a contratação.

Na hora da entrevista de emprego a aparência é um dos pontos importantes, isto vai para além de um bom currículo, então para a mulher transexual pode se tornar mais difícil ultrapassar essas barreiras, pois terá que está preparada para possíveis atitudes de preconceito e como consequência disso não ser contratada.

Segundo estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil. Não existem dados estatísticos sobre o número de transexuais, travestis e transgêneros empregados no mercado de trabalho brasileiro. “As travestis, mulheres e homens trans, que estão no mercado de trabalho, não estão registrados com essa identidade de gênero. A maioria está registrada com o nome do seu Registro Geral (RG)”, afirma Keila Simpson, vice-presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BGLT) e presidente da ANTRA”. (KOMETANI, 2017)

Geralmente, o preconceito começa a se manifestar quando a candidata se apresenta com o nome social em seu currículo; porém, a maioria das empresas não possui o entendimento que a candidata não se reconhece com o nome civil que possui, nem tampouco se sente à vontade com o sexo do qual nasceu, o que ocasiona à exclusão pela falta de informação sobre a transexualidade, contribuindo para o preconceito.

A transexualidade é uma experiência identitária causada pelo conflito com as normas de gêneros. Essa definição se confronta com a aceita pela medicina e pelas

ciências psi⁵ que a qualificam como, uma” doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa como doente é “aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que interpretam como experiência identitária”. (BENTO, 2008. p.18-19)

As mulheres transexuais não têm como esconder sua orientação sexual, nem ter uma vida dupla, não há disfarces em seus corpos, roupas, resultando na rejeição por parte dos contratantes, são vistas como pessoas diferentes dos demais candidatos, a transexualidade é vista como algo ruim, sem valor no mercado de trabalho, que acaba restringindo os locais de atuação profissional com carteira assinada.

É exatamente para não passar por essa situação de constrangimento que, algumas mulheres transexuais estão em trabalhos clandestinos, com salários inferiores, na precariedade.

Essas ações de preconceito nos mostram o quanto que muitas empresas não estão devidamente preparadas para acolher a diversidade sexual, negando o direito de um trabalho, que é tão necessário para a afirmação, enquanto sujeitos na sociedade, não valorizando suas habilidades, porque temem que a empresa possa perder a credibilidade por ter no quadro de funcionários uma mulher transexual.

Ainda é muito presente o ódio, a falta de aceitação e a percepção negativa da mulher trans em vários âmbitos, em razão da identidade de gênero que não é aceita, ou não compreendida por outros indivíduos que usam a violência, por não aceitar a identidade de gênero.

Essa não aceitação reflete bastante quando uma transexual resolve tentar ingressar no mercado de trabalho, mas antes de discorrer a respeito, se faz necessário entender do que se trata esse mercado e o que ele exige desse público.

Toda a sociedade tem a plena consciência de que o trabalho é uma necessidade natural, sem a qual o homem não pode existir e, é esse processo que nos difere dos demais animais irracionais.

O termo trabalho vem do latim “*tripalium*”, que era um instrumento para realizar torturas ou uma canga que servia para colocar nos animais. Em inglês é utilizada a palavra “*job*”. Essa palavra é antiga, remontando a período anterior ao

⁵ Psicologia.

ano de 1400. “*Job*” quer dizer hoje, emprego. Pode ter sido uma variante de “*gob*” (bocado), um pedaço, naco, bocado. “*Job*” e “*gob*” podem ter origem numa palavra céltica “*gob*” ou “*gop*”, que quer dizer boca. Inicialmente, tinha a palavra significado de "pedacinho" de alguma coisa. Os ingleses que chegaram a Plymouth usavam a palavra com o significado de grande monte que seria transportado numa carroça. Posteriormente, a palavra “*job*” passa a significar qualquer tarefa que fosse uma peça única de trabalho. Antes de 1800 a palavra “emprego” se referia a alguma tarefa ou empreitada, porém, não a um papel ou posição numa organização. “*Job*” acrescido de um substantivo era usado para as pessoas contratadas para uma certa ocasião, como por exemplo: “*job-coachman*” (cocheiro), “*job-doctor*” (médico), etc. O verbo “*to job*” queria dizer fazer serviço avulso ou tarefa. (WEBSTER'S, 1933)

Porém, a primeira forma de trabalho foi a escravidão, acredita-se ser a forma mais abominável de trabalho, pois os escravos eram considerados como coisas, desprovidos de qualquer direito e, principalmente, os direitos trabalhistas, ou seja, não eram considerados como um indivíduo que merecesse esse direito, o único direito que lhe cabia era o de trabalhar. (FERREIRA, 2008)

No sistema feudal o trabalho era definido como a servidão, essa prática acontecia da seguinte forma: o senhor feudal garantia a seus servos a proteção militar, porém pertenciam a seus senhores, não tinham o direito de sair e trabalhar onde quisessem, pois esses servos faziam parte da terra em que viviam. Os mesmos tinham como obrigação, de cultivar as terras do senhor feudal e dar uma parte do que esses plantavam em um pequeno pedaço de chão cedido por seu senhor. O servo pertencia a seu senhor até seu falecimento e, nesse período, também não se conheciam os direitos trabalhistas. (FERREIRA, 2008)

Com a queda da servidão, no século XVI, os feudos passam a se submeter a um governo mais centralizado, o motivo foi o surgimento do mercantilismo e a perda da importância da terra como fonte de riqueza. Foi nesse mesmo período que surgiram as primeiras vilas, cidades e, com elas, os artesãos, que eram os mestres que ensinavam seu ofício para os aprendizes, logo, eram os mestres quem explorava essa atividade. Melgar (1995, p. 50) resume perfeitamente essa parte da história: “(...) o tipo de trabalho existente até a Revolução Industrial não era um trabalho livre, era um trabalho de escravo e servos, cuja ínfima condição social era condizente com o escasso ou quase nulo valor que se atribuía ao seu esforço”.

Como menciona a citação acima, apesar de ter sido um grande passo para a história, não se observou muitas mudanças, pois apesar de ter sido extinto o trabalho escravo e transformado esse trabalho, em emprego, esses passaram a trabalhar em troca de um salário, mas as condições em que os trabalhadores exerciam suas atividades eram precárias e com uma jornada de trabalho abusiva.

Como foi discorrido no decorrer dessas linhas um breve resumo de como o trabalho se consolidou no que conhecemos atualmente, com todos os direitos adquiridos pelos empregados ao longo da história do Brasil, será um assunto mais aprofundado nos próximos capítulos desse trabalho.

O que se sabe é que o mercado de trabalho está bastante competitivo para qualquer indivíduo, porém, acredita-se que as pessoas transexuais tenham uma maior dificuldade em se enquadrar nesse mercado, pelo fato de não serem aceitas por sua aparência, pois a cada dia que passa, as pessoas se tornam mais preconceituosas, intolerantes e transfóbicas.

“A transfobia é o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero, contra travestis, transexuais”. Uma pessoa transexual possui “uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico”. (SOUTO, 2017)

A transfobia permeia a sociedade, que não possui respeito a esta minoria de indivíduos que sofre com a violência e a humilhação de alguns membros no âmbito social, existindo uma transferência da sociedade para o mercado de trabalho que, ainda tem resistência no que diz respeito à transexualidade.

A discriminação, infelizmente, também ocorre por parte da família, em que não são compreendidas, onde em alguns casos, são expulsas do ambiente familiar, indo morar na rua se tornando pessoas vulneráveis a todos os tipos de violência, interferindo diretamente na não conclusão dos estudos, que é outro fator que colabora para a falta de oportunidade no mercado de trabalho.

São poucas mulheres transexuais que conseguem romper com o preconceito, e sobressair dessa situação, a entrada em uma universidade se torna um grande desafio ao se confrontarem com o preconceito, outra questão que também influencia essa não aceitação é o nome social que, nem todas usam, optando pelo nome masculino causando uma divergência, pois é um corpo de uma mulher com o nome de um homem.

Em situação de rua, sem apoio da família, instituições ou do governo, buscam o sustento na prostituição, fortificando ainda mais o preconceito, porque vão ser

vinculadas pela sociedade como profissionais do sexo e, dificilmente, vão ser vistas em qualquer outra profissão. Esse caminho, quase que obrigatório para elas propicia um espaço onde possam concretizar o processo de transformação de seus corpos, ou seja, numa figura do feminino, a prostituição é um ambiente pelo qual seus corpos são totalmente explorados e expostos.

As mulheres transexuais sofrem com o preconceito das empresas que geram empregabilidade por vários motivos, mas um dos principais é pela falta de respeito com a identidade de gênero, em que tratam as mulheres transexuais como se ainda pertencessem ao sexo masculino, que também é mais uma forma de discriminação, ignorando o direito de serem tratadas como qualquer outra mulher, incluindo o direito de trabalhar.

De acordo com o Princípio de Yogyakarta⁶, que declara no seu princípio 12 o Direito ao Trabalho, toda pessoa tem o direito ao trabalho digno e produtivo, a condições de trabalho justas e favoráveis e, a proteção contra o desemprego sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

De acordo com esse mesmo princípio os Estados deverão tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias, para eliminar e proibir a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero no emprego público e privado, inclusive em relação à educação profissional, recrutamento, promoção, demissão, condições de emprego e remuneração.

Eliminar qualquer discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, para assegurar emprego e oportunidade de desenvolvimentos iguais em todas as áreas do serviço público, incluindo todos os níveis de serviço governamental e de emprego em funções públicas, também incluindo o serviço na polícia e nas forças militares, fornecendo treinamentos e programas de conscientização adequados para combater atitudes discriminatórias.

A experiência no ambiente de trabalho acaba sendo negativa, ocorrendo o afastamento de determinado setor ou pedido de demissão, como uma saída encontrada para não sofrer com a transfobia.

Em face do problema acima apresentado, pretendeu-se desenvolver uma pesquisa que responda à seguinte questão: Quais os desafios enfrentados pelas mulheres transexuais no mercado de trabalho?

⁶ Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. (RANGEL, 2013)

Logo, para responder essa pergunta o referido trabalho tem por objetivo geral: analisar os desafios enfrentados pelas mulheres transexuais no mercado de Trabalho e, como objetivos específicos: identificar o perfil das mulheres transexuais inseridas no mercado de trabalho; verificar a condição socioeconômica das mulheres transexuais; e, conhecer as políticas destinadas a essas mulheres.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi usada uma metodologia, que traçou o caminho a percorrer, evidenciando os instrumentos a utilizar na pesquisa, de acordo com o objetivo geral, em que ocorreu a aproximação com o objeto de estudo, que nos conduziu ao resultado pretendido.

Logo, a metodologia trata da forma de como se faz a ciência, “cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos, sendo o meio de chegarmos a uma finalidade e não remete diretamente à realidade, mas aos meios de chegar a esta realidade”. (DEMO, 1990, p. 19)

Foi um processo de construção de um conhecimento que contribuirá para o desenvolvimento de outras pesquisas direcionadas às mulheres transexuais, a qual realizamos este percurso com ética e embasamento nos autores para complementar os estudos. Como menciona Minayo (2009, p. 47):

A seção de metodologia contempla a descrição da fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, critérios e estratégias para escolha do grupo/sujeitos de pesquisa, a definição de métodos, técnicas e instrumentos para a construção de dados e os mecanismos para entrada de campo) as etapas do trabalho de campo e os procedimentos para análise.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, por colocar em destaques, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres transexuais ao tentarem ingressar no mercado de trabalho e, por abordar as consequências causadas pela transfobia que sofrem na vivência nas empresas. Em relação à pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2009, p, 21):

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A escolha pela pesquisa qualitativa ocorreu por possibilitar um maior conhecimento relacionado a percepções subjetivas, que vai para além do que é

mostrado na realidade dos sujeitos, um conhecimento que irá ser construído socialmente, que levarão em consideração as particularidades das pessoas, pois cada sujeito envolvido tem algo a acrescentar que o diferencia dentro dos demais, fazendo toda a diferença e surgindo dessa forma, vários pontos para abordar, elaborar análises, mas todos com sua importância.

É uma pesquisa bibliográfica, pois se utilizou de outros autores, dados, artigos que colaboraram para um maior conhecimento científico, facilitando nos processos de inovações de conclusões, pois o pensamento sempre é capaz de se renovar, o pesquisador verá um fato mesmo que já ocorrido com uma visão diferente sob outro ângulo, utilizando novas vertentes, pois o saber nunca se limita, sendo assim, existe a necessidade em qualquer tempo de nossa trajetória acadêmica. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 57):

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até comunicações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão sua finalidade é colocar a pesquisa em contato direto com que foi escrito, dito, filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, que publicada quer gravadas.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre do ano em curso. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada com perguntas relacionadas a transfobia e de como as vítimas se veem na sociedade, quais são os impactos em suas vidas, poder saber suas inquietações e reivindicações em relação aos seus direitos, e qualidade de vida oferecida pela sociedade. Como ressalta Minayo (2010, p. 64):

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Foram seguidas as normas da Resolução CNS 466/12, considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Antes de iniciar a entrada de pesquisa em campo, cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que continha as informações sobre o estudo que os

participantes iriam participar, bem como, a finalidade do estudo, explicando como essa pesquisa contribuiria para a realização de outras pesquisas nessa área, feito uma leitura da proposta do estudo que ocorrera.

Quando iniciamos o curso de Serviço Social, não imaginávamos como seria a vida acadêmica, porém, a única certeza que tínhamos, era que no final do curso escreveríamos um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual havia escolhido o tema em questão.

A convivência com pessoas desde a infância e que, atualmente, tornaram-se amigas e em especial um amigo, desde muito novo, o mesmo sofreu inúmeros preconceitos e discriminação pela maioria da sociedade não os aceitar devido a sua aparência, nos fez despertar o interesse pelo tema em questão.

Lembrando-se de nosso passado, ela não costumava brincar com os outros garotos, era solitária, brincava sozinha e, às vezes, comigo⁷, nos divertíamos com brincadeiras saudáveis como a de qualquer outra criança. Por ser do interior de Canindé, ela foi a primeira pessoa a se aproximar-se, tratando-nos com muita ternura e afeto, acolhendo-nos da melhor forma possível.

Ela morava com sua avó materna, que na época ainda era viva, tendo como religião protestante, frequentava a Igreja, sendo essa, uma das razões que contribuíam para uma série de desentendimentos, mas também com momentos bons, pois essa ocasião representava por algum instante sua liberdade de ser quem gostava de ser, conversávamos sobre suas paixões, ouvíamos música, dançávamos, usávamos maquiagem, mas com hora para desfazer tudo, enfim, como se estivesse ocupando outra identidade.

Por ela ser uma amiga próxima, também nos sentíamos afetada, quando percebíamos tristeza em seu olhar, lamentávamos quando ela revidava os insultos, ficava rebelde, não podia fazer nada de concreto para mudar aquela realidade. Percebemos durante esses anos de nossa vivência que a grande maioria das pessoas não tratava ela da mesma forma que agia com os outros jovens. Não havia uma boa relação com sua mãe, que envolvesse diálogo, carinho e, raramente estavam juntos, sua mãe não teve participação na sua criação, havia claramente, exclusões e discussões.

⁷ Faço referência a pesquisadora, por tratar-se da experiência particular da mesma.

Sempre buscamos motivá-la a se inserir nos lugares em que nós frequentávamos, como, ir à escola; mas, ela relatava que não se sentia bem no ambiente escolar, que os meninos implicavam com ela, principalmente na hora do intervalo, com isso, a evasão escolar foi inevitável, talvez por falta de incentivo de sua família. Possuímos uma forte amizade em que conversávamos sobre nossas vidas, nossos anseios e sonhos, onde ela demonstrava em alguns momentos melancolia, dúvida por ainda não saber compreender o que estava ocorrendo, parecia confusa passando por aquela transição, sentia vontade de exteriorizar o que estava sentindo, mas não era uma tarefa fácil, pois passar por mudanças, novas escolhas, como seguir em frente ou parar, como viver na sociedade sem perder o contato com as pessoas que mais gosta, todos esses pontos geravam infinitas indagações sobre sua existência.

Desde quando nos conhecemos, aparentemente um garoto, já queria deixar o cabelo crescer, as unhas e sofria quando forçavam a cortar seu cabelo, chorava todas às vezes que isso ocorria. Depois utilizou um boné pra disfarçar o cabelo crescendo.

A identidade de gênero na qual se percebe lhe causa sofrimento por conta da falta de aceitação, causa conflitos, isolamentos, rompimentos, falta de apoio, restrições de amizades, de espaços.

As ações de preconceito deixam marcas nas pessoas, sequelas, lembranças ruins, que fazem parte do ciclo de vivência, nos preocupamos com o bem-estar do outro, dividimos momentos, sentimos quando há uma circunstância que precisa ser superada, requer atenção, cuidado.

Atualmente estamos com 27 anos de idade, o cenário de violência, perseguição, injustiça parece ter se intensificado, resultando em mortes, que jamais poderão ser superadas, nos noticiários e na mídia como todo, percebemos o quanto o Brasil é um dos países que mais mata pessoas transexuais.

Ela possui uma maior autonomia enquanto pessoa, pois mora sozinha, trabalha como costureira, frequenta festas, mas não é o suficiente, porque continuamos a saber que mulheres transexuais são agredidas nas ruas, inclusive presenciamos, que têm poucas oportunidades, encontram barreiras na inserção no mercado de trabalho, para cursar uma graduação, problemas estes, ocasionados por um passado conturbado cheio de lacunas, pois existe uma falta de estrutura que possa acolher as mulheres transexuais.

Se encontra bem mais exposta, é uma adulta que sai, que frequenta todos os lugares, tendo como direito à liberdade como todas as outras pessoas, deparando-se com uma realidade difícil porque agora tem que lutar pelo direito ao seu nome social no registro, pela vida, tão ameaçada, vendo seus direitos violados numa escala maior do que o normal.

Por essas razões e por outras, nutrimos um profundo respeito e admiração por essa amiga, pois mesmo com tantos obstáculos impostos, não desistiu de lutar por uma vida melhor, ensinou a ser forte, a dar o melhor de si sempre, a amar o que os outros dizem ser “diferente”, aprendemos uma valiosa lição que é aceitar, não fazer julgamentos, a oferecer o nosso silêncio quando nada bastar, inclusive se no futuro existir a possibilidade de trabalhar no Serviço Social colocaremos em prática algumas dessas que aprendemos.

Por esse motivo buscamos nos aprofundar nesse assunto, pois enquanto futura profissional, atuando com a garantia de direitos sociais, viabilizando o acesso aos serviços, instituições que trabalhem no processo de acessibilidade das mulheres transexuais, através de nossas análises, procurando possibilidades para que possam ter uma vida plena, onde possam exercer o direito de serem livres para ser o que quiserem.

Logo, acreditamos que o tema em questão é bastante pertinente para a vida acadêmica, pois quanto mais se fala que se devem respeitar as diversidades das pessoas, o seu modo de agir e de vestir, mais intolerante a sociedade se mostra, e para tentar desmistificar a ideia de que os transexuais não sejam capazes de exercer uma profissão e encontram na maioria das vezes portas do mercado de trabalho fechadas, se percebe a necessidade de um profissional que faça a ponte entre o empregado e o empregador, sendo esse, o Assistente Social, pois é ele que detém o conhecimento e as ações para viabilizar essa comunicação, já que é o mesmo que entende as expressões da questão social. Portanto, a presente monografia está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo que tem como título, “A transexualidade e trabalho”, nesse capítulo acontece um debate acerca do conceito de transexualidade, o mercado de trabalho e os desafios e dificuldades encontradas pelas mulheres transexuais.

No segundo capítulo Tratamos sobre a transfobia, em relação ao que se trata, ou seja, seu conceito e a relação existente entre a transexualidade e a transfobia.

No terceiro capítulo são mencionadas as políticas públicas voltadas para as mulheres transexuais, descrevendo seu percurso histórico na busca de garantir direitos para as pessoas transexuais.

E por fim, no quarto capítulo, fazemos a análise das entrevistas, com o objetivo de ir aproximando e identificando os autores estudados através das falas das transexuais.

2 A TRANSEXUALIDADE E TRABALHO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS

2.1 Em debate o conceito de Transexualidade

Primeiramente acreditamos ser pertinente fazer uma breve explanação acerca do significado do que seja transexualidade. Transexualidade tem em sua definição uma grande complexidade, pois quando se percebeu essa forma de manifestação no indivíduo, era tido como um distúrbio, um problema mental, como foi mencionado no início desse trabalho.

A expressão “transexual” surge pela primeira vez na década de 1950, mas especificamente, no dia 18 de dezembro de 1953, quando foi utilizada pelo médico endocrinologista norte americano Harry Benjamin, como expressão para designar pessoas que, biologicamente normais, se encontravam inconformados com seu sexo biológico. (LOPES, 2016)

Porém, as ideias acerca da transexualidade foram observadas desde o início do século XX por Freud (1924), que em suas concepções rompeu com os padrões morais que guiavam a ciência de sua época e mostrou que, para a psicanálise, a diferença dos sexos não é a diferença anatômica, chamando de “patologias sexuais”, tais como inversões e perversões nas relações humanas. (CASTEL, 2001, p. 79)

De acordo com Barbosa (2013), no Brasil as travestis na década de 1940 eram vistas como transformistas, associando o termo travesti à performance artística. Já a categoria travesti, enquanto identidade de gênero, vem sendo utilizada desde a década de 1980. Atualmente, o termo travesti está relacionado à prostituição, à criminalidade e à marginalidade, devido à grande maioria das travestis se prostituírem. A categoria transexual vem sendo utilizada desde a década de 1980, após a primeira cirurgia de transgenitalização divulgada no Brasil - cirurgia que, até então, não era legalizada no país. O processo transexualizador apenas foi regulamentado em 1997, que segundo Arán e Murta (2009, p. 16):

Os serviços que prestam assistência a transexuais que procuram tratamento para a realização do processo transexualizador no Brasil foram organizados a partir da regulamentação desta prática, após a publicação da Resolução nº 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina. Considerado um atendimento de alta complexidade, a maioria destes serviços encontra-se

em hospitais públicos universitários, localizados nas regiões Sul e Sudeste do país.

Durante quarenta anos, a Organização mundial de Saúde (OMS) caracterizava a mesma como distúrbio. Logo após esse período, a OMS reconheceu que essa é uma condição de cada pessoa, porém, a transexualidade apesar de ter saído da lista de doença mental, não saiu totalmente da CID-11, mas o motivo é por se tratar de uma categoria relacionada com a saúde sexual, já que uma pessoa transexual poderá fazer intervenções cirúrgicas em seu corpo, se assim desejar. Segundo o ilustre doutor formado em direito Luiz Alberto David Araújo (2000, p. 133):

(...) não há dúvida de que a transexualidade é uma alteração da psique. Essa alteração, se examinada em cotejo com o padrão de regularidade (identificação do sexo psicológico com o sexo biológico), dificulta a integração social, que deve ser vista sob o prisma do transexual (como sujeito de direitos e obrigações como todos nós) e não sob o prisma da maioria, que, num primeiro momento, segrega, rejeita e impede essa integração.

Transexualidade é um tema que gera muitas polêmicas. Significa, em síntese apertada, “divergência entre o fenótipo e genótipo”. Consoante a lição de Maria Helena Diniz, aponta para a condição sexual da pessoa que rejeita sua identidade genética e a própria anatomia de seu gênero, identificando-se psicologicamente com o gênero oposto. (SIQUEIRA, 2010)

Porém, nos inúmeros artigos lidos para iniciar a composição desse trabalho, a transexualidade é sempre tratada como um assunto voltado para medicina, como menciona Siqueira (2010).

A discussão sobre transexualidade parte, como regra, do discurso essencialista, onde só tem lugar o “transexual verdadeiro”⁸, construído pelo saber médico, e, apenas nesta medida, percebido pelo direito. É de se ter, todavia, que a noção de transexualidade verdadeira, precisa ceder em nome das conquistas da antropologia. Do contrário, ver-se-á no direito (como, aliás, se tem visto) mera repetição deste discurso legitima-te. (SIQUEIRA, 2010)

Logo, a transexualidade é caracterizada por um contundente conflito entre corpo e identidade de gênero, que usualmente abarca um inabalável e visceral

⁸ Uma pessoa “transexual verdadeira” é a que se aproxima ao máximo do que se espera que um homem ou uma mulher “verdadeiros” devem ser. (CARVALHO, 2011)

desejo de ajustar o corpo hormonal e/ou cirurgicamente ao gênero pretendido. A identidade de gênero deve ser compreendida, como a consciência íntima de uma pessoa pertencer ao gênero feminino ou ao gênero masculino. (BARRETO, CHAVES, PAMPLONA FILHO, s/d)

Muitas vezes o fato de as demais pessoas não saberem como lidar com essa condição do indivíduo, gera certo preconceito e, muitas vezes, essa intolerância faz com que a vida desses transexuais torne-se cada vez mais complicada. Dentre todas as dificuldades, será abordada uma em especial no tópico a seguir, que está relacionada ao mercado de trabalho e as dificuldades que muitas travestis enfrentam para conseguir um trabalho formal.

2.2 O mercado de trabalho para as mulheres transexuais

Essa frase pode ser até clichê, porém, muito bem empregada para a discussão a seguir, “O trabalho dignifica o homem”, assim disse Benjamin Franklin. Porém, para discorrermos acerca de mercado de trabalho e mulheres transexuais, é pertinente que se entenda primeiro o que significa o termo trabalho.

Marx (1996, p. 297) apresenta o conceito de trabalho como “o processo entre homem e natureza, no qual o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Portanto, é preciso olhar para seu significado ontológico para sua compreensão na teoria marxista.

Portanto, o trabalho é entendido como um meio encontrado pelo homem em que ele vende sua força de trabalho para garantir seu sustento. Mas, ao analisarmos as palavras trabalho e homem mencionados no conceito de Marx, vamos considerá-las uma questão de gênero, se trouxemos logicamente para a temática dessa monografia. Nesse sentido, abre-se uma discussão acerca do trabalho, como base para construir a masculinidade, como ressalta Nolasco em seu livro “o Mito das Masculinidades”. Como Nolasco (1993, p. 15) ressalta a seguir:

(...) O trabalho define a primeira marca da masculinidade, na medida em que, no plano social, viabiliza a saída da própria família. Aparentemente, o trabalho confere ao homem um status de independência que se limita ao âmbito financeiro. Uma de suas funções é dissolver o vínculo com a família, tornando-o, sob o pretexto da independência, indivíduo comprometido com a opressão “produtiva” e com a reprodução do valor do capital.

Ora, se o autor ressalta que ao realizar um trabalho o homem está demonstrando o primeiro sinal de sua masculinidade e independência financeira familiar, então, a partir de que momento um indivíduo que se sente, se comporta e se veste como mulher, só pelo fato de ter nascido no corpo masculino, irá imprimir sua marca e tornar-se independente?

Acreditamos que a resposta para essa indagação é a tentativa de inserir essa mulher transexual no mercado de trabalho, para só então, conseguir imprimir sua marca como uma pessoa produtiva e apta a exercer um trabalho como qualquer indivíduo, na tentativa de ser aceito pela sociedade. Como afirma Nolasco (1993), “o trabalho desempenha uma função importante na vida do homem, fazendo sentir-se reconhecido e aceito na sociedade”.

Refletindo sobre a ótica de que é a partir do trabalho que o homem começa a se socializar, com o objetivo de ser aceito e ser visto como cidadão, então, quais as motivações que esse público teria para se firmar e ser aceito em uma sociedade preconceituosa, que muitas vezes presos a convenções retrogradadas, ao invés de se sentirem incluídos no mercado de trabalho para conquistar sua independência, o mesmo se tornará um espaço de exclusão. Essa exclusão e a não aceitação, faz com que as transexuais não consigam exercer um trabalho formal, então, para conseguir sua independência, as mesmas recorrem aos trabalhos informais, dentre várias as ocupações, porém, o trabalho que esse público LGBT mais realiza é a prostituição.

Para tanto, quando é dito que o trabalho é atividade fundamental para o desenvolvimento do ser humano, compreendemos a importância do direito ao trabalho. Travestis e transexuais não têm esse direito garantido devido ao preconceito. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil. Ainda que elas queiram arranjar um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas se candidatam a uma vaga (LAPA, 2013). As tabelas a seguir demonstram como se encontram a comunidade LGBT. A primeira é o demonstrativo de travestis e transexuais no mercado de trabalho de um modo geral e a segunda tabela é o demonstrativo com relação ao gênero.

TABELA 1 - Relação de Travestis e Transexuais com o Mercado de Trabalho

Quadro 1 - Relação da População Travesti e Transexual com o Mercado de Trabalho		
Relação com o mercado	Nº de pessoas	%
Não informada / outro	2	2%
Atuando como Profissional do sexo	3	3%
Atuando como Autônoma/ Prof. Liberal	46	47%
Desempregado(a)	47	48%

Fonte: FORTALEZA (2018)

TABELA 2 - Relação de Travestis e Transexuais com o Mercado de Trabalho, conforme gênero

Quadro 2 - Relação de Mulheres Travestis e Transexuais com o Mercado de Trabalho				
Relação	Prostituição	Desempregada	Autônoma/ Prof. Liberal	Não Informada/ outro
Nº de pessoas	3	30	30	2
%	5%	46%	46%	3%

Fonte: FORTALEZA (2018)

Quadro 3 - Relação dos Homens Trans com o Mercado de Trabalho		
Relação	Desempregados	Autônomos/ Prof. Liberal
Nº de Pessoas	17	17
%	50%	50%

Fonte: FORTALEZA (2018)

A inclusão de transexuais, travestis e transgêneros no mercado de trabalho ainda é um desafio para as empresas brasileiras. Preconceito, desrespeito ao nome social e desconhecimento são apenas algumas das situações enfrentadas no ambiente de trabalho ou durante as seleções para um emprego. (KOMETANI, 2016)

Algumas das inúmeras dificuldades encontradas por transexuais em se inserir no mercado de trabalho, independente da questão de gênero, o que se sabe é que o

mercado de trabalho anda cada vez mais competitivo e, sendo assim, fica ainda mais difícil para esse grupo vulnerável, que por esse motivo, muitas vezes os mesmos se veem obrigados a se submeter a qualquer tipo de trabalho só para não ficarem fora do mercado e, assim, poderem se manter.

Não é novidade que vivemos em uma sociedade complexa e preconceituosa e, principalmente, em se tratando de pessoas que ao ver da maioria fogem ao padrão que os mesmos julgam normais e que inevitavelmente ocorre a divisão de classes, havendo assim a imposição de valores, confirmando com isso, o preconceito e aumentando a intolerância e a discriminação.

Na sociedade atual, o trabalho é centrado na satisfação das necessidades humanas e na produção da relação entre os indivíduos. Com os avanços técnico-científicos na produção capitalista, alguns especialistas afirmam que a tecnologia é prejudicial ao emprego – pois se acredita que reduz a força de trabalho empregada, enquanto outros, afirmam que ela é aliada dos empregados. Mesmo com essas linhas de pensamentos opostas, não podemos negar o fato de que o trabalho continua central em nossa sociedade (VASCONCELLOS, 2014). A respeito da importância do trabalho, Zanelli e Silva (1996, p. 21), citam que:

Se, para a sobrevivência, o trabalho deveria satisfazer pelo menos as necessidades básicas diárias, na perspectiva psicológica é uma categoria central no desenvolvimento do autoconceito e uma fonte de autoestima. É a atividade fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Em suma, é um forte componente na construção da pessoa que convive bem consigo mesma, acredita e orgulha-se de si.

Falando em relação ao público transexual especificamente, é constante eles vivenciarem um sofrimento social no sentido de que as pessoas trans, normalmente, ocupam posições subalternas em que se destinam a vivenciarem uma margem social⁹. Tratar essas pessoas com indiferença, desperta nos demais indivíduos o preconceito de uma forma tão velada que chega a ferir a dignidade humana dos mesmos que anseiam por um tratamento igualitário, liberdade, justiça e fraternidade. Analisando ao que o autor Silva (2000, p. 147), ressalta a seguir que:

A Constituição opta, pois, pela sociedade pluralista que respeita a pessoa humana e sua liberdade, em lugar de uma sociedade monista que mutila os

⁹ Marginalização é o processo social de se tornar ou ser tornado marginal (relegar ou confinar a uma condição social inferior, à beira ou à margem da sociedade). Ser marginalizado significa estar separado do resto da sociedade, forçado a ocupar as beiras ou as margens e a não estar no centro das coisas.

seres e engendra as ortodoxias opressivas. O pluralismo é uma realidade, pois a sociedade se compõe de uma pluralidade de categorias sociais, de classes, grupos sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Optar por uma sociedade pluralista significa acolher uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antinômicos.

Refletindo acerca do que o autor pretende nos falar com essa citação, trazendo para a temática desse trabalho, acredita-se que a mesma retrata perfeitamente a liberdade que todas as pessoas têm em relação a sua identificação sexual, tornando-se uma representação da sociedade, no sentido de ter os seus direitos fundamentais garantidos.

Infelizmente, os transexuais são marcados pela exclusão, pela violência extrema, onde vivencia o ódio por parte da sociedade que não entendem a diversidade sexual e de gênero, a negação dessa sociedade intolerante e, principalmente, a negligência por parte do poder público, muitas vezes, torna-se bastante difícil assegurar direitos essenciais para essa parcela da população.

Visualiza-se intolerância a transexualidade nos diversos âmbitos sociais, não sendo diferente no mercado de trabalho. Mesmo atacando princípios constitucionais, nitidamente ocorre a segregação e exclusão do cidadão em razão da sexualidade. Logo, há um número considerável não só de transexuais, mas também de travestis e outras pessoas com diversidade de sexo e gênero, que “se encontram fora do mercado de trabalho, submetendo-se à prostituição e outros tipos de subempregos, para garantir o sustento e a até mesmo, o direito de viver”. (BERNARDINELI e DIAS, 2016, p.10)

Notoriamente essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho precede do período escolar, já que estes ambientes são repletos de discriminação e preconceito, fazendo com que o transexual não consiga se manter nem mesmo na educação básica, quanto mais ter acesso à educação superior, o que resulta na falta de qualificação para ingressar em cargos públicos e outras opções de trabalho. Portanto, é inequívoco que “a falta de acesso à educação reduz oportunidades no futuro da pessoa trans”. (BERNARDINELI e DIAS, 2016, p.10)

Além de todas as dificuldades encontradas pelas transexuais para ingressar no mercado de trabalho, outra dificuldade que ganha destaque, é que no momento em que são selecionados para uma entrevista, uma pergunta é inevitável: Qual seu nome? Embora que, em muitos lugares já seja possível utilizar o nome social, como por exemplo, na saúde pública, e ao realizar a prova do Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM), porém, infelizmente, esse tipo de política não é adotada nas instituições privadas, onde a transexual tem que levar seu documento original, que consta seu nome com o sexo de nascimento.

O preconceito se inicia a partir do recrutamento, pois se percebe a diferença física em relação aos dados que constam no documento, embora o sistema jurídico já determine que é permitido usar o nome social¹⁰, não podendo a identificação de um indivíduo dar-se apenas por um complexo de características físicas exteriores, sob pena de reprimir uma série de direitos, lesionando a vida, integridade física, honra, liberdade, dentre outros direitos inerentes à pessoa humana.

A situação é tão vexatória e constrangedora que o ilustre Szaniawski, (1998, p. 116) afirmou ser: “constrangedor ter a aparência característica de um sexo e ser identificado, através da análise de seus documentos, como pertencente ao sexo contrário”. Tal constatação, “é a mais tormentosa das situações”. Inequívoco que, numa perspectiva de gênero é um enorme obstáculo à inserção do transexual no mercado de trabalho, podendo-se dizer que, as condições são mínimas. Nesse sentido, é muito coerente a afirmação de Aldemam (2003, p. 83 - 84):

Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero-definido pela dicotomia convencional homem/mulher. Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nesta divisão sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Pessoas com uma ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambiguidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem.

Reconhecer que não só no mercado de trabalho, mas em todas as áreas, o transexual pertence a uma classe minoritária, sua posição de desvantagem se dá por uma questão econômica, física, educacional, dentre outras. No mundo em que vivemos, onde se está em uma constante competição, chega a ser estarrecedor perceber que essa minoria seja tão perceptível ao ponto de que, a discriminação e o preconceito por seu gênero e sexualidade as impedem de ingressarem no mercado de trabalho.

¹⁰ É o nome pelo qual pessoas transexuais, travestis ou qualquer outro gênero preferem serem chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero. A identidade do nome social é vinculada com a identidade civil original.

Outro fator é quando a transexual consegue uma colocação, a mesma ainda sofre preconceito e discriminação por parte dos colegas de trabalhos e também de seus superiores, e essa situação se torna degradante e humilhante, pois muitas vezes, elas se submetem a aceitar as piadinhas para não perder o emprego.

Logo, compreende-se que, de um modo geral, não há espaço para transexuais no mercado de trabalho, sendo de extrema importância uma intervenção estatal na tentativa de diminuir a discriminação e atitudes preconceituosas, dando oportunidades aos transexuais de terem um trabalho digno. (BERNARDINELE e DIAS, 2016)

Renault e Rios (2010, p. 290), ressaltam que:

A discriminação de qualquer natureza deve ser repudiada, ainda mais aquela que advém das relações de trabalho, já que essa despoja o cidadão de seus direitos mínimos, retira a possibilidade de uma boa condição de vida que garanta seus direitos fundamentais como ser humano, ferindo de pronto a dignidade da pessoa humana.

Enfim, é inadmissível que em pleno século XXI, momento em que todos os dias devem-se respeitar as pessoas como ela é com suas diversidades e preferencias, ainda exista tanta discriminação, até mesmo no mercado de trabalho. Logo, sem a devida proteção frente a esse seguimento, essa minoria se vê vulnerável e sem o apoio estatal condizente, sofre ainda mais com o preconceito e exclusão social.

2.3 Gênero e o nome social

2.3.1 Categoria Gênero

Gênero é o termo utilizado para designar a construção social do sexo biológico. Este conceito faz uma distinção entre a dimensão biológica e associada à natureza (sexo) da dimensão social e à cultura (gênero). Apesar das sociedades ocidentais definirem as pessoas como homens ou mulheres desde seu nascimento, com base em suas características físicas do corpo (genitálias), as ciências sociais argumentam que gênero se refere à organização social da relação entre os sexos e expressa que, homens e mulheres são produtos do contexto social e histórico, e não, resultado da anatomia de seus corpos. (GUERRA, 2015)

Neste contexto, gêneros são aqueles que mantêm uma continuidade entre, sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, por intermédio dos quais a identidade é reconhecida e adquire um efeito de substância. Os espectros de descontinuidade e incoerência que se transformam numa patologia são, desta forma, apenas concebíveis em função deste sistema normativo. Neste sentido, segundo Butler (2003, p. 39), “certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural”.

É de fundamental importância entender as questões relacionadas ao gênero, que de modo geral é tratado como sinônimo de identidade sexual, a convicção que o indivíduo possui de ser homem ou mulher. Porém, o gênero não deve ser interpretado restritamente ao masculino ou feminino, por ser uma ideia complexa e culturalmente construída (BERNARDINELE e DIAS, 2016). Bem precisos os ensinamentos acerca de gênero de Butler (2003, p. 24 – 25):

Pode-se inferir que gênero é um conceito problematizado, aberto; para alguns, uma descolagem de relações sociais ancoradas em perfis naturais, ser homem/ser mulher; para outros, descolagem de relações naturais, realizando-se por culturas e poderes, mais além do sexo de referência, mas sim uma abordagem identificatória, pois o gênero é uma construção e não um resultado do biológico antecipadamente oferecido.

Neste esteio Preciado (2002, p. 30) propõe, “a desconstrução do modelo imposto de sexo/gênero, por meio de práticas subversivas de sexualidade, ou seja, a contra sexualidade que compreende o sexo e a sexualidade como tecnologias sócio-políticas”. Não se tratando de uma nova criação da natureza, mais sim, o fim da natureza como sujeição dos corpos.

Portanto, acredita-se que antes de se aprofundar acerca do gênero e perpassar pela sexualidade, é pertinente que se discorra o que se entende por identidade de gênero, que de acordo com Guerra (2015), diz que, identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações com outros gêneros. Não depende do sexo biológico da pessoa, mas de como ela se percebe. Essa identidade pode ser binária (homem ou mulher), mas também pode ir além dessas representações e rechaçar ambas as possibilidades de reconhecimento, sendo assim, pessoas não binárias¹¹ (todos os outros gêneros), ou

¹¹ Termo associado a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não se limita às categorias "masculino" ou "feminino". Algumas pessoas não-binárias podem sentir que seu gênero está "em

seja, identidade de gênero é a forma de como a pessoa se sente e se identifica e que, nem sempre trata-se do sexo biológico de quando a mesma nasce.

Esse assunto tornou-se bastante evidente nos meios de comunicação, isso por causa das pessoas transgêneros, transexuais e travestis. Pois, essas pessoas são aquelas cuja identidade de gênero é diferente do sexo biológico ao nascer.

Já as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no momento do seu nascimento, são chamadas de cisgêneras¹². Ou seja, da perspectiva social, política, científica e jurídica, uma pessoa cisgênera é vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero. Este termo foi criado para destacar politicamente quem é trans e quem não é, e para jogar luz na estrutura social que inviabiliza as pessoas trans. A maior parte das pessoas são cisgêneras (GUERRA, 2015). Assim, Nicola Abbagnano (1998), em seu Dicionário de Filosofia traduz o termo “humanidade”, como muito próximo a simpaticante, analisemos:

Art. 6.º Disposição à compreensão dos outros ou à simpática para com eles. Nesse sentido, a melhor definição desse termo foi dada por Kant: “H. (Humanität)¹³ significa, por um lado, o sentimento universal da simpatia e, por outro, a faculdade de poder comunicar pessoal e universalmente; essas são duas propriedades que, juntas, constituem a sociabilidade própria da H. (Menschheit), graças à qual ela se diferencia do isolamento animal”. (CRÍT. DO JUÍZO, § 60; CF. ANTR., § 88)

A sexualidade envolve as práticas eróticas do ser humano, suas escolhas de relação afetiva e objetos de desejo. Do mesmo modo que gênero, a sexualidade é culturalmente estabelecida e tem distinções em diferentes grupos e culturas. O conceito de sexualidade, no ocidente, está intimamente ligado ao de gênero. Na hierarquia das sociedades ocidentais em geral, a heterossexualidade ocupa a posição superior e, logo, a homossexualidade é socialmente compreendida como inferior. Em outras palavras, na sociedade em que vivemos, considera-se normal ser

algum lugar entre homem e mulher”, segundo a GLAAD, ou até podem definir seu gênero de maneira totalmente diferente — e distante — destes dois polos. Não é, necessariamente, sinônimo de transgênero ou transexual... - Veja mais em <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-terminos-cis-trans-binario.htm?cmpid=copiaecola>

¹² É o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascença”

¹³ Humanidade em alemão.

heterossexual. Podemos falar, então, que a sexualidade é marcada por práticas heteronormativas¹⁴. (GUERRA, 2015)

Entre as mais variadas formas de manifestação sexual e diante de confusões por parte da sociedade em relação a elas, persiste o comportamento discriminatório, dispensado as pessoas que se estabelecem com sexo diverso do imposto pelo binarismo sexual. Em linhas gerais é fácil constatar que aos que não se enquadram no padrão homem e mulher, são destinados à negação, exclusão e discriminação, nos diversos setores da vida social. (BERNARDINELE e DIAS, 2016)

O problema relacionado à sexualidade humana é constante ao longo da história, porém não é algo natural e biológico. Foucault (2011, p. 116 – 117) menciona de maneira bastante completa na obra *Para História da Sexualidade I*, eis um trecho retirado de sua obra:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

O que Foucault (2011) quer nos transmitir é que a sexualidade não deve ser encarada como algo que deva ser escondido, pois faz parte do cotidiano da sociedade, de forma a superar valores e padrões tradicionais, no sentido de proteger a todos, mas não se esquecendo da manutenção do equilíbrio social com mecanismos regulatórios e eficientes, direcionados a todos os indivíduos e, especialmente, aos que clamam pela integração e reconhecimento da sociedade em que estão inseridos.

Bento (2006, p. 46) afirma que “a sociedade reserva os piores lugares para os transgressores de gênero, e que não mede as ferramentas utilizadas para torturar este corpo, limitando o que pode ser compreendido por normal”. O Estado Democrático e Social de Direito tem o dever de reconhecer a liberdade de identidade sexual e manter-se pluralista, reconhecendo diversas formas de viver e de relacionar-se.

¹⁴ É um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

O referido trabalho por se tratar da transexualidade do sexo feminino, ou seja, indivíduos que nasceram biologicamente homens, mas não se viam como tal e, então assumiram sua identidade atual. Porém, ao mencionar o seguinte assunto, acredita-se ser interessante, que se entenda como a filosofia percebe esse tipo de fenômeno. Para Aristóteles, gênero se referia à:

- 1ª geração: a geração continua de seres que tem a mesma espécie – humano;
- 2ª estirpe ou raça como primeiro motor; 3ª p. Sujeito ao qual se atribuem as oposições ou as diferenças específicas. (ABBAGNANO, 1998)

Como ressalta Bento (2006), se o Estado tem que reconhecer os transexuais como indivíduos que têm o direito de viver da melhor forma que lhes convier, uma dessas formas, além de ter a oportunidade de fazer a mudança de sexo, os transexuais têm garantido por lei a incluir em sua certidão de nascimento o nome social. Esse é o assunto que iremos tratar a seguir.

2.3.2 Nome Social: Uma Garantia de Direito

Todo cidadão tem direito de escolher a forma como deseja ser chamado. Assim definiu o Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (1/3), por unanimidade, ao reconhecer que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia. O princípio do respeito à dignidade humana foi o mais invocado pelos ministros para decidir pela autorização. (POMPEU, 2018)

Resolvemos começar esse tópico com a fala de Pompeu (2018) por acreditar que o nome social é certamente uma garantia de direito, que assegura a todos que assim desejam mudar seu nome de batismos. Pois, a partir do momento em que iniciamos a construção desse trabalho, dentre todas as dificuldades enfrentadas por esse público, uma das que deveriam ser a menor seria em relação ao nome social, ou seja, é mais complexo do que conseguir fazer a intervenção cirúrgica para readequação genital¹⁵, porém, o empecilho maior é realmente o de alterar seu registro civil, para que o indivíduo trans se sinta plenamente feliz com relação à sua identidade pessoal, com o direito de alterar seu nome e gênero. Isso só foi possível graças ao que menciona Dias (2007, p. 3):

¹⁵ Submeter a intervenções cirúrgicas para realizar a adequação dos seus atributos físicos de nascença, inclusive genitais (COTTA, 2016)

A Lei dos Registros Públicos diz que o prenome só pode ser alterado quando expuser ao ridículo o seu portador, sendo admitida à alteração somente a pedido do interessado, contanto que não prejudique o sobrenome da família. Outra objeção que impede a mudança do nome decorre da vedação do art. 1.604 do Código Civil: “Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”. Esse é o fundamento que leva a Justiça, muito frequentemente, a indeferir o pedido de retificação.

A personalidade “nem sempre foi reconhecida e inerente a todos os seres humanos, tendo variado conforme a evolução do homem” (SCHEIBE, 2008, p. 118). A construção dos direitos de personalidade se confunde com a evolução dos direitos humanos, assim como, a proteção à dignidade da pessoa humana, são os movimentos de constitucionalização e repersonalização que têm orientado o atual estudo sobre os direitos da personalidade; todavia, “os transexuais ainda encontram muita dificuldade em efetivar o seu direito básico da personalidade, à identidade pessoal e sexual”. (SCHEIBE, 2008, p. 119 - 120)

Como já foi mencionado no início desse tópico, que uma das maiores angústias da transexual é seu nome social, pois ao nascer não existe conexão de seu sexo psíquico e seu sexo biológico¹⁶, e mesmo após se submeter à cirurgia, ainda assim, tem dificuldade de alterar seu nome e, conseqüentemente, seu gênero, isso tudo com o objetivo de conquistar sua dignidade, como ressalta Vieira (2014, p. 117):

O direito à busca do equilíbrio corpo-mente do transexual, ou seja, à adequação de sexo e prenome, ancora-se no direito ao próprio corpo, no direito à saúde (art.196 da Constituição Federal), principalmente, no direito à identidade sexual, a qual integra um poderoso aspecto da identidade pessoal. Trata-se, destarte, de um direito da personalidade.

Todas as pessoas têm o direito de personalidade, na medida em que as peculiaridades do indivíduo, podemos até nos tornar redundante, porém, todos têm direito a sua identidade como forma de individualização da pessoa humana, como está previsto na Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, constando a seguinte redação: Art. 1o. O art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a

¹⁶ Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem “machos” e “fêmeas”. Há também pessoas que nascem com uma combinação diferente destes fatores, e que podem apresentar características de ambos os sexos. Essas pessoas são chamadas de Intersexos. (TRAVASSOS, 2016)

vigorar com a seguinte redação: Art. 58 O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

O estudioso De Cupis (2004, p.195) reforça a importância de se ter a identidade pessoal, além de um direito a dignidade e, principalmente, ter o total direito a personalidade dos mesmos:

O indivíduo, como unidade da vida social e jurídica, tem necessidade de afirmar a própria individualidade, distinguindo-se dos outros indivíduos, e, por consequência, ser conhecido por quem é na realidade. O bem que satisfaz esta necessidade é o da identidade, o qual consiste, precisamente, no distinguir-se das outras pessoas nas relações sociais.

Depois de termos escrito várias vezes, acerca dos direitos que asseguram as transexuais, ainda sim, usar seu nome que figura na certidão de nascimento em público ainda gera muito constrangimento, acarretando dessa forma, certa discriminação. Logo, se fosse utilizada uma lógica, após a mudança de sexo, a mudança de nome deveria acontecer automaticamente, compatível a sua nova redesignação sexual.

A corrente doutrinária de Rosa Maria Nery citada na obra de Maria Helena Diniz (2002, p. 98), nos coloca outra opção para a adequação do transexual no que se trata de seu registro civil:

Os documentos têm de ser fiéis aos fatos da vida, logo, fazer a ressalva é uma ofensa à dignidade humana. Realmente, diante do direito à identidade sexual, como ficaria a pessoa se se colocasse no lugar de sexo "transexual"? Sugere a autora que se faça, então, uma averbação sigilosa no registro de nascimento, assim, o interessado, no momento do casamento, poderia pedir, na justiça, uma certidão "de inteiro teor", onde consta o sigilo. Seria satisfatório que se fizesse tal averbação sigilosa junto ao Cartório de Registros Públicos, constando o sexo biológico do que sofreu a operação de conversão de sexo, com o intuito de impedir que se enganem terceiros.

Acreditamos ser bastante constrangedor, uma pessoa apresentar-se de um sexo e ser conhecida perante a sociedade pelo sexo oposto, pois além de ser constrangedor, também viola o princípio da dignidade humana independente da pessoa.

Um legítimo Estado Democrático de Direito além de reconhecer, respeita e executa todos os direitos dos seus cidadãos, inclusive, obviamente, está inserido o direito a uma nova identidade sexual. O transexual deseja ver seu direito à saúde, à

cidadania, à igualdade, à dignidade, à opção sexual respeitados, como rege a Constituição Federal (CF/88).

Mesmo se tendo conhecimento de que todos, assim como as transexuais, têm seus direitos, os mesmos lidam com um preconceito ainda muito velado. A transfobia é um desses preconceitos e acreditamos que seja a maior repulsa em relação à sociedade. Mas esse será um assunto a ser tratado a seguir.

3 A TRANSFOBIA

3.1 Transfobia: Qual seu significado e sua relação com a transexualidade

Para dar início a discussão de transfobia, faz-se necessário saber do que se trata o termo transfobia. Portanto, segundo Travasso (2016), trata-se do preconceito e da discriminação em razão da identidade de gênero, contra travestis e transexuais. Preconceito é o julgamento que fazemos sobre uma pessoa, sem conhecê-la, diante de alguma característica que esta possua. É uma crença ou ideia pré-concebida que temos sobre alguém, a partir de rótulos atribuídos socialmente. Existe muito preconceito contra a população LGBT, que surge dos mitos construídos culturalmente a respeito da homossexualidade, da transexualidade e da travestilidade.

Ao analisar o conceito de que é transfobia resumidamente trata-se de uma forma de violência, pelo simples fato de não aceitarem a forma com que as pessoas vivem, pois se esse grupo (LGBTs) não escolheu ser assim, não pediram para ser hostilizados, pois ninguém pede para ser considerada uma “aberração”, sendo julgados pelo seu modo de vestir, de se comportar e até amar.

Tudo é muito lindo, em várias leituras nos deparamos com os direitos desse público garantidos, mas parece que quanto mais se fala em respeitar a forma com que as pessoas escolheram viver, o aumento da discriminação chega a ser assustador.

Renault e Rios (2010, p. 290) afirmam que a:

Discriminação, qualquer que seja a sua natureza, deve ser repudiada, inclusive e, principalmente, aquela que ocorre nas relações de trabalho, visto que, constitui uma das maiores violências contra a dignidade da pessoa humana, pois priva a vítima de direitos básicos, criando dificuldades para a melhoria de sua condição de vida, resultando em desigualdade social que se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, à vontade e impõe diferentes formas de humilhação.

Essa depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônico na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Esse tipo de discriminação acontece simplesmente pelo fato do preconceito, contextualizando esse termo Picazio (1999, p. 99) diz que: “O preconceito é um pré-julgamento, um sentimento ou resposta

antecipado a coisas ou pessoas, portanto não se baseia em experiências reais”. Assimilando a ideia que o autor anterior tem em relação ao termo preconceito, Guimarães (2004, p. 18) ressalta que:

[...] o preconceito seria apenas a crença prévia (preconcebida) nas qualidades morais, intelectuais, físicas, psíquicas ou estéticas de alguém, baseada na ideia de raça. Como se vê “o preconceito pode manifestar-se, seja de modo verbal, reservado ou público, seja de modo comportamental, sendo que só nesse último caso é tido como discriminação”.

A citação acima demonstra que o preconceito se fundamenta nas ideias, ou seja, são respostas criadas sem nenhum embasamento teórico. Quando o preconceito é embasado no comportamento do indivíduo, o mesmo deixa de ser preconceito e passa a ser discriminação. Logo, o que o autor quer dizer sobre o que é o preconceito, é a tentativa de fazer com que esse grupo minoritário seja inferiorizado, por não está nos padrões que os demais julgam normal. De acordo com Chinoy (1969, p. 334):

A hostilidade habitualmente característica do preconceito também faz parte da personalidade do indivíduo afetado e suas origens e funções na economia psíquica do indivíduo preconceituoso não podem ser ignoradas. Muitas pesquisas recentes procuraram desvelar as fontes psicológicas do preconceito, e parece haver indícios de que as pessoas que se conformam rigidamente aos valores preponderantes submetem-se à autoridade, criticam os que desprezam as normas convencionais e se preocupam com problemas de poder e de status tendem a ter preconceitos.

Depois de tudo o que já foi mencionado anteriormente, o que nós podemos entender é que, a junção do preconceito e da discriminação nos remete a um único termo, a transfobia. O Brasil é o país que mais mata em todo o mundo, em 33 países, quase 300 pessoas trans foram assassinadas entre 1º de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016. Foram 295 casos registrados de homicídios de pessoas trans, sendo o Brasil responsável por 123 desses assassinatos. (CHAVES e NASCIMENTO, 2017)

Segundo o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (2013), consta nos índices 11,9% de travestis e 5,9% de transexuais declarados. Se tratando dos casos de homicídio, em especial, as travestis ocupam 29,5% e os transexuais 1,2% dos casos. (CHAVES e NASCIMENTO, 2017)

De acordo com a Rede Trans Brasil¹⁷, fonte alternativa de monitoramento dos casos de violência contra pessoas trans no país, no ano de 2016 foram contabilizados 144 casos de homicídios, 52 de tentativas de homicídio, 54 de violações de direitos humanos e 12 suicídios, embora saibamos que esses são apenas os dados registrados. (CHAVES e NASCIMENTO, 2017)

Com tudo o que já foi relatado e após a demonstração desses números, reforçamos o que já foi mencionado no decorrer desse trabalho, no que se refere a difícil vida de uma pessoa transexual para viver no Brasil. A luta constante dessa classe de indivíduos para serem aceitos na sociedade, tem sido cada vez mais difícil, a luta diária travada pelas transexuais na tentativa de que a sociedade reconheça sua identidade de gênero e o respeito de ser o que são e, como são.

Ser travesti e transexual no Brasil é extremamente difícil devido ao fenômeno da transfobia, são poucos os espaços que essas pessoas podem ocupar socialmente e, quando não têm suas vidas ceifadas pelo preconceito e intolerância, que alternativas lhe restam? Quais os meios de sobrevivência que lhes são permitidos? Na maioria das vezes são fatalmente empurradas para locais ditos “marginalizados”, como já citado, a prostituição. Embora os movimentos sociais LGBT, lutem para que os estigmas sejam quebrados, são poucas as pessoas trans que gozam de respeito e ocupam posições formais no mercado de trabalho. A expectativa de vida de travestis e transexuais é de 35 anos no Brasil. (DEUS, 2014)

Os índices crescentes de violência e humilhações contra os sujeitos estigmatizados no Brasil devido à organização social heteronormativa¹⁸ do Estado (MOTT; ALMEIDA; CERQUEIRA, 2011; BARROS, 2012), têm alcançado a esfera pública. Coletivos e organizações compostas tanto de LGBT como por grupos das políticas de direitos humanos têm demandado ações de gestores públicos e, desde as últimas décadas, ações como: o Programa Brasil sem Homofobia (2004-2009) e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (PNLGBT, BRASIL, 2009), tem procurado dar alguma resposta, ainda que de modo incipiente, àquelas demandas.

¹⁷ Rede Nacional De Pessoas Trans Do Brasil Ou Rede Trans Brasil: fonte alternativa que monitora os casos de violência contra pessoas transexuais e travestis no país.

¹⁸ Adjetivo: Refere-se à **heteronormatividade**, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos. Que enxerga a heterossexualidade como a norma numa sociedade.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil divulgou em 2012, que recebeu 6.809 denúncias de violações de direitos humanos em relação às homossexualidades, referente ao ano de 2011, sendo que, 278 mortes aproximadamente, estavam relacionadas à homofobia. (RODRIGUES, 2012)

Ao analisar o parágrafo anterior é que nos damos conta de que existe uma enorme contradição entre a prática e a teoria, ou seja, a transfobia como já foi dito no início desse capítulo, que é o preconceito, a discriminação, enfim, é a aversão que um indivíduo possa vir a ter por outro, pelo simples fato de não atender aos padrões que os mesmos julguem “normais”; porém, vejam a contradição, no artigo 5º da Constituição Federal (CF/88) de que somos iguais perante a lei e ainda reforça no inciso III e o X. O décimo ainda torna-se de grande relevância por nele ser mencionado que, se esse direito for violado é passível de punição, porém, o que realmente acontece é a morosidade da lei como veremos a seguir:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988);

Mesmo estando contido na CF/88, a garantia de direitos de um indivíduo, infelizmente, os transexuais por serem uma minoria, veem diariamente esse direito constitucional ser violado, já que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo. O Brasil é o país que mais mata homossexuais em todo o mundo, no ano de 2016 o número de homicídios desses indivíduos foi de aproximadamente 343.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AMPARAM AS TRANSEXUAIS

De acordo com Farah (2004), as políticas públicas desempenham um importante papel, seja na manutenção ou superação das opressões de gênero e sexuais. Podem reforçar as desigualdades, quando objetivam atender as necessidades supostamente universais, desconsiderando as demandas de um determinado grupo. Do mesmo modo, podem contribuir para a redução de tais desigualdades por meio da formulação e implementação de ações e programas específicos.

“As políticas públicas são ações do Estado que visam a gerência das relações sociais e econômicas que se estabelecem no capitalismo” (ARAGUSUKU e LOPES, 2014, p. 6). Essas políticas visam assegurar o direito de cidadania para os cidadãos.

Já foi mencionado que o Brasil é o primeiro país no mundo com o índice maior de homicídios a população LGBTs e não há uma política nacional de enfrentamento à LGBTfobia, ou uma lei que criminalize esses crimes motivados por ódio. Entende-se que, o assunto que norteia esse trabalho trata-se de transexualidade, porém, a mesma faz parte dessa população e logo será tratado de uma forma geral.

Tais políticas públicas têm início apenas em 2004 com projetos como: o “Programa Brasil sem Homofobia”, articulado com o movimento LGBT e que promove ações educacionais concomitante com o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”, sendo contemplados por pesquisas promovidas pelo Ministério da Educação. De acordo com os autores Mello e Avelar (2012), uma segunda iniciativa que apresenta impacto expressivo à luz da evolução dos debates de gênero no país, é a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, convocada em novembro de 2007 pelo governo do Presidente Lula e realizada de 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília (FRANCO, 2017). Diz o Texto-Base da I Conferência Nacional GLBT. Segundo a citação:

Coroando importantes iniciativas anteriores, a convocação da Conferência Nacional remonta ao ano de 2004, quando foi criado, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa "Brasil sem Homofobia", cujas ações possibilitaram a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia em todas as unidades da Federação, além de financiar Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania GLBT e projetos de capacitação em Direitos Humanos para o combate a homofobia (BRASIL, 2008, p. 3).

Outros fatos relevantes de uma história da participação social LGBT no Brasil é a instalação, em 2010, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)¹⁹, que se constitui hoje, na instância nacional de representação do Movimento LGBT na discussão sobre políticas públicas em âmbito Federal. (PEREIRA, 2016)

A II Conferência Nacional LGBT ocorreu em 2011 no Governo Dilma, desta vez, o então congresso teve um caráter mais direcionado para as políticas LGBT através de balanços apontadas na conferência anterior, analisando quais ações haviam sido realmente implementadas e quais não foram e o porquê. Como ressalta o texto a seguir:

Desta vez, o desafio [da conferência] se situa na análise da realidade nacional, vivenciada entre avanços e retrocessos, que por sua vez forma o cotidiano e influencia as formulações das políticas públicas. A análise do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, através da avaliação das ações de cada ministério e órgãos do Governo Federal, apontarão para os desafios e os vácuos na implementação do referido plano, bem como o papel de Estados e Municípios como um importante ponto a ser discutido durante a 2ª Conferência Nacional (BRASIL, 2011, p. 13).

Sobre o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”, a conferência objetivou propor as diretrizes necessárias para a implementação de políticas públicas e do plano nacional de promoção da cidadania e dos direitos humanos, além de reavaliar e recomendar estratégias para fortalecer o plano Brasil sem Homofobia. Agora, o mais conhecido “Plano Nacional LGBT”, foi aguardado como sendo o principal resultado da Conferência Nacional LGBT, se configurando como um documento referencial em que estariam definidas as ações e 8 diretrizes para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Estado, direcionadas a combater a homofobia e garantir direitos para pessoas discriminadas em função da sua orientação sexual ou da sua identidade de gênero. (PLANO LGBT, 2009)

¹⁹ Para maiores informações sobre o Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, consultar a página oficial do órgão através do endereço eletrônico: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt>. Acesso em: 07 de nov de 2018.

Entretanto, o documento apenas foi apresentado em Brasília, ou seja, não foi disponibilizado na página da Secretaria de Desenvolvimento Humano ou divulgado em massa. O Plano Nacional LGBT não foi instituído pelo governo na forma de decreto ou portaria, assim como ocorreu com o plano Brasil Sem Homofobia, caindo assim, na inexistência da formalidade. (MELLO e AVELAR, 2012)

Mas, vale ressaltar que, o grande marco legal de políticas públicas para o grupo LGBTs no Brasil, ocorreu a partir da Constituição Federal de 1988, que apesar de suas restrições impostas pelo período em que foi elaborada, a “Constituição Cidadã”, na atualidade, se caracteriza como um instrumento importante para uma mudança importantíssima e gradativa da opinião pública, não esquecendo que esse instrumento torna-se um símbolo de luta em busca de cidadania da comunidade LGBT e políticas públicas que contemplem suas demandas.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, elaborado por Comissão Técnica Interministerial, reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implantação, bem como, do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia. Traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas para esse segmento, mobilizando o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada na consolidação de um pacto democrático. (MOURA e SOUZA, 2016)

Através de uma observação sintética e utilizando-se do trabalho desenvolvido por Cleyton Feitosa Pereira, pode-se observar a ampliação da dimensão das políticas públicas no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, bem como, a possível tratativa a ser direcionada para cada ação. Portanto, é importante perceber que, apesar das dificuldades no decorrer dos anos, o debate ganhou destaque e força na agenda da política nacional - conforme disposto na tabela abaixo.

Tabela 3 - Trajetória das ações estatais voltadas para a população LGBT em âmbito Federal

AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO	ANO
Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1988
Programa Nacional de Direitos Humanos I	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos 1996.	1999
Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos.	1997
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época), o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.	2002

Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004
I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade a pauta lésbica.	2008
Programa Nacional de Direitos Humanos III	O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.	2009
I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e DH de LGBT e Transexuais	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contém 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBT.	2009
Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT. Surge também para atender aquilo que o Movimento LGBT chama de “tripé da cidadania” (Plano / Coordenadoria / Conselho).	2009
Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.	2010

<p>Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia</p>	<p>Por meio de Decreto, o presidente Lula instituiu o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.</p>	<p>2010</p>
<p>Disque 100 – Direitos Humanos</p>	<p>O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.</p>	<p>2011</p>
<p>Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT</p>	<p>Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como: produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.</p>	<p>2011</p>
<p>II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais</p>	<p>Convocada pela presidenta Dilma Rousseff, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT.</p>	<p>2011</p>
<p>Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais</p>	<p>Documento composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBT. Ainda contou com a publicação das diretrizes e moções aprovadas na II Conferência Nacional.</p>	<p>2012</p>

Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	A Portaria nº 19 de 17 de maio de 2012, publicada no DOU, cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura. O Comitê conta com membros da sociedade civil organizada.	2012
Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011 e 2012	Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB), que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lança, no ano de 2012, o balanço da violência contra LGBT em 2011. Esse mapeamento da homofobia no Brasil foi necessário para implementação de políticas de enfrentamento a ela. No ano seguinte, em 2013, publica os dados de 2012.	2012 e 2013
Lançamento do Sistema Nacional LGBT	Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lança o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que tem por objetivo a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais, a fim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro.	2013
Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT	No âmbito do Sistema Nacional LGBT e em articulação com o Fórum Nacional de Gestores/as LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos instalou esse Comitê visando aproximar gestores/ as da política LGBT em todo o país e articular um pacto federativo das políticas LGBT atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais.	2014

<p>Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes</p>	<p>Considerando os altos índices de violências e violações de direitos humanos na internet, o Governo Federal lança o Humaniza Redes como um canal de denúncias online que encaminha as ocorrências para setores responsáveis pela apuração e punição dos atos. A política prevê em seus eixos, trabalho preventivo com campanhas online, em especial nas redes sociais populares como Facebook e Twitter.</p>	<p>2015</p>
<p>III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p>	<p>Diferentemente das outras vezes, a III Conferência Nacional LGBT aconteceu em abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Dessa experiência resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito Federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment (2016). O tema deste terceiro processo conferencial foi “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.</p>	<p>2016</p>

FONTE: PEREIRA, 2016.

Na trajetória acima não incluímos todas as políticas como, por exemplo, a garantia do nome social de pessoas trans no ENEM ou a portaria do processo transexualizador do Ministério da Saúde. Nela, privilegiamos marcos políticos de caráter transversal, que tem como principal, a missão em articulação de outras políticas, políticas de direitos humanos que fortaleçam as identidades LGBT e busquem superar a violência e, políticas que contam com a participação social desse segmento, ou seja, que visam à construção de uma política nacional LGBT. (PEREIRA, 2016)

Apesar de todas as conquistas citadas nesse tópico, os avanços conquistados por parte do grupo LGBT, não os isentam da discriminação, preconceito e, principalmente, da violência, da mesma forma em que a mídia viabiliza propaganda contra a homofobia, o aumento de homofóbicos crescem na mesma proporção ou até mais.

Mas também, não se pode negar que esses movimentos sociais, proporcionaram o surgimento dos movimentos LGBT, que vieram com a finalidade de garantir voz e vez para essa comunidade.

Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado, que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico, permeado por tensões sociais. Podem objetivar a mudança, a transição ou mesmo a revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. Seja na luta por um algum ideal, seja pelo questionamento de uma determinada realidade, que se caracterize como algo impeditivo da realização dos anseios deste movimento, este último constrói uma identidade para a luta e defesa de seus interesses.

Torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras. Gianfranco Pasquino em sua contribuição ao Dicionário de Política (2004) organizado por ele e por Norberto Bobbio e Nicolau Mateucci, afirma que os movimentos sociais constituem tentativas – pautadas em valores comuns àqueles que compõem o grupo – de definir formas de ação social para se alcançar determinados resultados. (RIBEIRO, s/d)

Logo, o movimento social em defesa aos homossexuais nasce na Europa no século XX, esse movimento tinha como objetivo, defender os direitos e o respeito à homossexualidade e o reconhecimento diante das leis dos direitos civis. Durante a segunda guerra, o Nazismo, política de Hitler, matou mais de 300 mil pessoas que eram gays.

No Brasil, o movimento organiza através do jornal Lampião da Esquina que surgiu em 1979, o primeiro grupo de homossexuais organizados e, a partir daí, espalha-se pelo Brasil e no ano de 1980 é realizado na cidade de São Paulo o primeiro encontro brasileiro de homossexuais, ao longo dos anos o grupo de gays espalham pela América latina e ganha o mundo. (FERREIRA, 2015)

Em 20 anos de existência do grupo o movimento homossexual apesar de contar com poucos recursos materiais, obteve importante vitória e reconhecimento de direitos nas últimas décadas no Brasil e no mundo, a sigla passou nos últimos anos de GLS para GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, hoje veem em diversas cidades do mundo passeatas que são chamadas de paradas gays para a conscientização e chama a atenção da sociedade para os problemas que os gays sofrem, a respeito de sua orientação sexual, mas, historicamente, o gay ou homossexual sofre discriminação durante séculos e em várias sociedades homossexuais em que eram reprimidos com fortes torturas, ou até mesmo a morte, porém em outras, o gay é aceito como um indivíduo bem-vindo. (FERREIRA, 2015)

Portanto, Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBT brasileiro em três ondas: a primeira delas vai de 1978 a 1983, a segunda compreende os anos de 1984 a 1992 e a terceira engloba o período de 1992 até a escrita do livro citado. (2005)

A primeira onda (1978-1983) é caracterizada pelo surgimento do Movimento LGBT (chamado de Movimento Homossexual Brasileiro - MHB) através do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina. A luta pela politização da homossexualidade ocorre em paralelo à luta contra a ditadura. Inclusive, atores e atrizes da esquerda da época argumentaram que existe uma “luta principal”, para se referir a luta contra o regime e contra o capitalismo (discurso ainda presente, em certa medida, na atualidade, em alguns setores da esquerda brasileira), o que gerava tensões e rupturas.

Outra característica era a dimensão “terapêutica”, que os grupos da época lançavam mão: nas rodas de diálogo, os membros ativistas possuíam e expunham condições desiguais em comum, provocando um senso de solidariedade, irmandade, semelhança e reconhecimento de problemas coletivos. Pode-se perceber a influência do pensamento feminista “o pessoal é político” nesse tipo de ação, na medida em que as histórias de vida e as trajetórias eram marcadas por momentos difíceis em função de sua “opção sexual”²⁰. É formado o primeiro grupo

²⁰ Segundo Alípio Sousa Filho (2009), o termo “opção sexual” evolui para “orientação sexual” na década de 80 no bojo das lutas pela despatologização da homossexualidade perante a Organização Mundial de Saúde. Esse mesmo autor desenvolve uma crítica à essencialização do termo “orientação sexual”, para quem esse seria uma expressão bem comportada frente à ideia de opção sexual em que as liberdades, escolhas e preferências deveriam estar em primeiro lugar. Nessa lógica, o

de lésbicas, a partir de uma cisão do Somos/SP. Surge também o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro grupo a se formalizar como uma Organização Não Governamental (ONG) e a trazer demandas do Nordeste brasileiro. O GGB assumirá importante protagonismo na campanha pela despatologização da homossexualidade. (FACCHINI, 2005)

A segunda onda do Movimento LGBT (1984-1992) pode ser explicada pelo surgimento da epidemia de HIV/AIDS, fazendo com que o número de grupos diminuísse. Muitos ativistas da causa homossexual migrariam para lutar contra a epidemia (o que não deixa de ter ainda relação com o ativismo homossexual) em busca de respostas governamentais para a doença. Além disso, a queda da ditadura, do chamado inimigo comum, dilui o caráter comunitário movimentalista vigente nos anos de chumbo. Faz parte desse período, a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), ou seja, a luta pela despatologização.

A luta contra o que era chamado de “câncer gay” diminuía o caráter revolucionário de liberação sexual, ao mesmo tempo em que brotava a necessidade de demonstrar à sociedade, que gays e lésbicas também eram “decentes”. Também foi nesse período que surgiu a expressão “orientação sexual”, em oposição ao que seria uma opção, uma escolha. O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, assim como, o Grupo Gay da Bahia se formalizou e realizou uma campanha pela inclusão da não discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso. Mas tal iniciativa viria a influenciar o Movimento na luta contra a discriminação e é dessa corrente, que surgem legislações punitivas em âmbito estadual e municipal. (FACCHINI, 2005)

A terceira onda do Movimento LGBT (1992-2005) é marcada pelo aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários, grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários, etc.) em todo o país. O projeto neoliberal vigente dos anos de 1990 fomentou a organização do Movimento em formato de ONG e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo, de caráter preventivo do HIV/AIDS. Em virtude do contexto, a pauta de

Movimento LGBT tem utilizado o termo “orientação sexual” como forma de legitimar suas identidades ao explicar que não se torna LGBT e sim se nasce LGBT. Segundo Sousa Filho, apostar nessa expressão para combater o preconceito é uma estratégia equivocada, dados os argumentos conservadores que indicam terapias reversivas para “mudar” essa orientação sexual homossexual. O flerte com abordagens científicas conservadoras e naturalizadoras da sexualidade como a medicina e a psicologia seria um perigo

política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no HIV/AIDS, que irá se transformar no Governo Lula, em políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas.

É nessa “onda” que entram em cena com mais força outras identidades – e suas agendas – até então, secundárias no Movimento LGBT como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É nesse período que se formam as grandes redes nacionais que congregam dezenas de organizações locais e de base, como: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras, além do aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através das Paradas do Orgulho LGBT, outra característica marcante deste período.

É no início da década de 2000 que o Movimento LGBT passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal para a gestação de políticas de direitos humanos e, não mais, apenas no campo da saúde. Contribuiu para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos, assim como, a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal. Símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), que visaria um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT.

Ampliam-se também as articulações entre governos estaduais e municipais, as relações de ativistas LGBT com parlamentares em todas as federações do Poder Legislativo (embora se cresça também uma forte oposição religiosa-conservadora), com a criação e aprovação de projetos de lei (as principais pautas no parlamento seriam a Parceria Civil, a criminalização da homofobia e o reconhecimento das identidades trans e suas necessidades) e do Poder Judiciário, considerado mais aberto às demandas LGBT. Também neste período, observa-se o surgimento de um mercado segmentado para a população LGBT e grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente, com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior gestadas no governo petista. Ampliaram-se também, os canais de interlocução entre Movimento LGBT e Estado (em todas as esferas do Poder Executivo) através de uma maior participação social por meio de Conferências e Conselhos de direitos. (FACCHINI, 2005)

Percebe-se que os movimentos sociais são atos importantes que tem objetivos concretos, com uma ideologia plausível e que, principalmente, lutam para garantir os direitos de sua maioria e, dessa forma, para que seus direitos sejam assegurados e para que a comunidade LGBT tenha para onde ir quando necessitar de assistência, elas passam recorres aos Centros de Referencias voltados para os mesmos.

5 IDENTIFICANDO OS AUTORES NAS FALAS DAS TRANSEXUAIS

Bem, antes de iniciar o relato sobre a conversa que tivemos com três transexuais inseridas no mercado de trabalho, para tornar o trabalho ainda mais esclarecedor, pois acreditamos que se torna mais fácil para a compressão de todos, como se sentem as mulheres transexuais no seu dia a dia, relacionando as falas das interlocutoras com os autores utilizados na composição dessa monografia.

Embora já estivéssemos com as perguntas elaboradas, percebemos que as entrevistadas sentiam a necessidade de falar, de relatar sobre seus desejos, como as pessoas se comportam em relação a elas, levando-as a falarem até de seus relacionamentos passageiros. Como mencionado no início do capítulo, a entrevista foi realizada com três transexuais, todas inseridas no mercado de trabalho e para garantir o sigilo em relação às identidades das entrevistadas, lhes identificamos por, Barbie, Polly e Suzy.

Antes de explicar a entrevista, colocaremos aqui a profissão de cada uma das entrevistadas. Barbie é costureira e chefe de seu setor; Polly também trabalha em uma confecção, mas como auxiliar de costura; e, Suzy trabalha em um salão de beleza como cabelereira. Foi aplicado um roteiro de entrevista contendo seis perguntas. Na primeira fizemos uma referência acerca da inserção das mesmas no mercado de trabalho, se havia sido um processo fácil ou difícil.

As respostas foram um pouco divergentes, pois Barbie nos relatou que no período em que começou a trabalhar, sua entrada no mercado não foi difícil, pois a mesma ainda não havia adotado sua identidade de gênero. Segundo o seu relato: “Eu era homem no começo, mais como eu aprendi a costurar muito rápido, eu não tive dificuldade não” (BARBIE). Ao analisar o início do relato de Barbie, observamos que a mesma não teve dificuldade, porque quando se inseriu no mercado apresentava-se com o gênero masculino.

Em relação à Polly, a mesma relatou que havia sido fácil, pois o seu primeiro emprego foi com sua tia, como auxiliar de costura com dez anos de idade.

“Mulher, foi fácil, bicha, eu comecei a trabalhar como auxiliar, eu acho que eu tinha dez anos de idade e comecei a trabalhar com minha tia, ai depois passei um tempo parado, ai agora voltei a trabalhar de novo, como auxiliar porque não sei costurar, eu não tenho prática de trabalhar como costureira, eu não sei. Foi normal, não achei difícil não. Até agora”. (POLLY).

Já em relação a facilidade de entrar no mercado de trabalho, não foi nem o fato de ainda ser considerado um menino, mas percebe-se que ao falar que seu primeiro emprego foi com a tia, o mesmo foi bastante enfático.

Porém, com Suzy as coisas não foram tão fáceis, pois a mesma já adotava o gênero feminino, quando começou a buscar uma colocação no mercado de trabalho, em que o motivo principal era o preconceito que já vinha nas entrevistas. Percebemos que para ela não foi fácil entrar no mercado de trabalho em qualquer outro segmento, pois quando Suzy procurou emprego no ramo da beleza foi mais fácil. “No começo foi um pouco difícil, porque as entrevistas eram muito preconceituosas e não foi fácil não entrar nesse mercado, mas graças a Deus, eu encontrei um canto que me aceitou do jeito que eu sou.” (SUZY).

Analisando o depoimento de Suzy é notório o preconceito por parte de empresas que não fazem parte do segmento ligado da beleza, cosmética, entre outros, e suas falas também reforçam a ideia de que transexual só sabe e quer realizar trabalhos voltados para a beleza.

Fazendo uma análise geral das três respostas, nos remetemos ao seguinte texto: Falando em relação ao público transexual especificamente, é constante eles vivenciarem um sofrimento social no sentido de que as pessoas trans, normalmente, ocupam posições subalternas em que se destinam a vivenciar uma margem social²¹. Tratar essas pessoas com indiferença, desperta nos demais indivíduos o preconceito de uma forma tão velada que chega a ferir a dignidade humana dos mesmos, que anseiam por um tratamento igualitário, liberdade, justiça e fraternidade.

Analisando o contexto, nos remetemos ao que SILVA (2000, p. 147), ressalta a seguir:

A Constituição opta, pois, pela sociedade pluralista que respeita a pessoa humana e sua liberdade, em lugar de uma sociedade monista que mutila os seres e engendra as ortodoxias opressivas. O pluralismo é uma realidade, pois a sociedade se compõe de uma pluralidade de categorias sociais, de classes, grupos sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Optar por uma sociedade pluralista significa acolher uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antinômicos.

²¹ Marginalização é o processo social de se tornar ou ser tornado marginal (relegar ou confinar a uma condição social inferior, à beira ou à margem da sociedade). Ser marginalizado significa estar separado do resto da sociedade, forçado a ocupar as beiras ou as margens e a não estar no centro das coisas.

Em seguida procuramos saber a opinião das entrevistadas, se existia mercado de trabalho mais aberto ou mercado de trabalho mais fechado. Em relação a essas respostas, as três disseram que existia sim, mercado com maior aceitação para as mulheres transexuais que outros e, se existia lugar onde as mesmas sentiam mais preconceito. Percebam a seguir os relatos com as próprias falas das entrevistadas.

“Tem um que tem mais preconceito, teve uma vez, a mulher me demitiu por conta do meu olhar, falava que meu olhar atraia os homens, me demitiu por conta do meu olhar”. (BARBIE)

“Preconceito tem em todo lugar, mas, tem canto que você, que nós chega, aí, nós não somos recebido bem. Tipo, mercantil, todos, os canto que nós vai. Tem as vezes que nós somos tratados bem, tem as vezes que a gente é tratado com preconceito”. (POLLY)

Percebemos que está faltando a resposta de uma das entrevistadas, mas consideramos importante essa pausa para analisar as duas respostas, em que as mesmas fogem um pouco do assunto da pergunta, enfatizam o preconceito que óbvio elas sentem em relação ao mercado de trabalho, porém, a questão trabalho fica um pouco de lado no desenrolar da respostas de ambas e começam a relatar o preconceito em seu cotidiano. Percebe-se, no relato de Barbie, em relação a ida ao shopping, um passeio que deveria ser considerado normal, se ela não fosse uma transexual:

“No shopping, me sinto bem só não, porque, tipo assim, quando eu vou assistir um filme, eu sempre vou com alguém né, aí chega sempre uma pessoa do meu lado, o lanterninha e ficam do meu lado, achando que a gente vai fazer alguma coisa, as pessoas acham que a gente vai pro cinema pra....kkkk”. (BARBIE)

É impressionante o preconceito velado que elas tendem a enfrentar, chega a constrangê-las. Mas, voltando a pergunta: Na sua opinião, existem mercado de trabalho mais aberto ou mais fechado, para as mulheres transexuais? Além de responder à pergunta, Suzy ainda faz um desabafo em relação a outras profissões.

“Sim, esse mercado da beleza, salão, manicure. Costureira, na parte do estilismo são mais abertos aos transexuais, ao nosso movimento, ao nosso tipo de gênero. Mas, porém, em contrapartida, tem outras profissões que a gente pode exercer e algumas vezes somos barradas. Assim, é muito difícil a gente vê uma médica trans ou uma enfermeira, recepcionista, tem esse olhar de que o transexual só pode ser cabelereiro, só pode ser aquilo. A gente pode ser o que a gente quiser”. (SUZY)

Mais uma vez, mencionamos Silva (2000), pois mais uma vez o preconceito da maior parte da sociedade muitas vezes impede de ver a mulher transexual, como uma pessoa inteligente, capaz de exercer qualquer função, ou a profissão que desejar, pois sua capacidade não deve ser colocada em dúvida por conta de sua aparência, ou opção de gênero.

O assunto envolvendo a próxima questão tem a seguinte relação, se a profissão que as mesmas têm, foi a que elas sonharam ou qual a profissão que elas desejavam ter. Barbie disse estar satisfeita com o seu trabalho, pois no momento era chefe das costureiras, porém, tinha o sonho de ser psicóloga, por acha uma profissão interessante.

“Queria ser psicóloga, porque acho legal, eu queria me formar em psicologia, nunca vi uma psicóloga trans, eu acho que mudaria tanto, tipo, pelo menos por mim. Eu teria menos vergonha de falar com uma pessoa trans, porque entende o que a gente sente, por isso eu queria fazer faculdade[...] Eu acho que acrescentaria muito, evitaria de mulheres trans ir fazer programa, tipo rodar, porque tem muita trans que roda, faz programa, porque não tem conselho de uma amiga, uma psicóloga pra dizer: - você tá errada. Um psicólogo para ajudar a tirar do mal caminho e não para botar ela contra o que ela é, contra a que ela nasceu para ser. Simples assim”.
(BARBIE)

O relato de barbie nos deixou impactados, pois percebemos o quanto os profissionais, que se formam com o objetivo de ajudar, no caso das transexuais, a entender o que acontece com as mesmas, as mudanças, buscar encontrar respostas para o que está acontecendo em sua vida e, principalmente, orientar. Analisando o relato anterior, parece que não é bem assim, é como se determinados profissionais ainda tratasse a transexualidade como doença.

No início desse trabalho, foi esclarecido que a transexualidade não está na lista de transtorno de identidade sexual, ou seja, não é mais considerada como doença mental e, sim, como incongruência de gênero, mas continua na lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), dentro da categoria da saúde sexual.

Saúde sexual - A CID-11 conta também com novos capítulos, entre eles sobre saúde sexual, que engloba condições que eram categorizadas de maneira desatualizada, como, por exemplo, incongruência de gênero, que na versão anterior se enquadrava em saúde mental. (OPAS BRASIL²², 2018)

²² Organização Pan-Americana da Saúde.

Voltando a pergunta em relação as profissões, Polly diz que seu grande sonho é de ser costureira: “Mulher minha profissão, eu queria ser costureira, não vou nem mentir, eu queria aprender a costurar, mais ainda não tenho nenhuma prática, ainda nunca tentei não, minha patroa disse que ia me ensinar (POLLY)”.

Em relação a Suzy, percebemos que ao mencionar a profissão que desejava ter, acreditamos que era mais para ter a aceitação de seu pai, do que propriamente seu sonho, vocês entenderam o que estou falando, quando a mesma relatar sobre a escola:

“Logo, quando eu comecei, eu queria muito ser professora, no começo e tudo e não consegui, porque eu queria muito seguir o exemplo do meu pai, ele é professor e não consegui, mais também eu tô numa área que eu gosto muito, que eu aprendi a gostar, gosto muito de ser cabelereira, mas não era meu sonho desde o começo”. (SUZY)

Ao ouvir os relatos é possível analisar que apesar de não estarem na profissão que desejaram, ainda assim, gostam do que fazem, dando muita importância ao trabalho como mencionou Zanelli e Silva (1996, p. 21), na página 32 desse trabalho e mais uma vez ressaltamos a seguir:

Se, para a sobrevivência, o trabalho deveria satisfazer pelo menos as necessidades básicas diárias, na perspectiva psicológica é uma categoria central no desenvolvimento do autoconceito e uma fonte de autoestima. É a atividade fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Em suma, é um forte componente na construção da pessoa que convive bem consigo mesma, acredita e orgulha-se de si.

A quarta pergunta foi a seguinte: Sua família deu suporte quando você ingressou no mercado de trabalho? Barbie foi muito sucinta ao dizer que, “Sim, me apoiaram em tudo, tudo, tudo”. Em relação à Polly, parece que de início não foi bem assim, mas acreditamos que o apoio não foi nem em relação ao trabalho, e sim, seu vestuário, percebam:

“Minha mãe até agora ela, quando eu comecei a usar minhas blusinhas, ela começou a falar, falando bobagem, falou, falou, mas agora ela não liga mais não, minha família né, nem se falasse, eu não ligava não, porque eu sou eu, vou ser assim do jeito que eu quero, eu não tô nem aí para ninguém não”. (POLLY)

Analisando a resposta de Barbie e Polly, é percebido que a aceitação foi bem tranquila. Mas em relação à Suzy, não aconteceu bem assim, observem.

“No início não, eu tive que me envolver sozinha mesmo, porque minha mãe não me aceitava no início e tão pouco que eu fosse cabelereira, então jamais ela iria aceitar, no começo realmente ela não aceitou, hoje em dia sim, eu tenho um relacionamento bom e ela me ajuda sempre que quando pode (SUZY)”.

Na quinta pergunta, questionamos se para entrar no mercado de trabalho, foi pedido para que mudassem sua aparência. Barbie ao responder, foi muito espirituosa. “Não, nunca pediram não. Queriam ficar comigo...kkkk... mais mudar, não...kkk (BARBIE)”. Polly, menciona que no trabalho nunca lhe pediram, mas em casa sim. “Não, ninguém nunca me pediu não, minha mãe, (de novo ó), no começo ficava mandando eu cortar o meu cabelo, quando via meu cabelo crescer ficava falando. Parece que mais uma vez em relação a Suzy, foi um pouco mais complicado em relação as demais:

“Sim, no início pediram para eu cortar o cabelo, assim, escurecer a cor, mas eu não aceitei, entendeu e também eu disse se fosse para ser assim eu preferia não ficar. Então, eles entenderam que não poderiam me mudar, que a cor do meu cabelo ou corte, não iria mudar, eu continuaria a ser a mesma pessoa, não ia interferir no que tinha que fazer, que era do meu trabalho”.

Agora, acredito que chegamos a pergunta que trará muitas revelações em relação ao que as mulheres transexuais passam no decorrer de sua vida, por se tratar, acreditamos, o segundo ambiente social que esses indivíduos começam a sentir o que é o preconceito. A última pergunta foi a seguinte: Como era o convívio no ambiente escolar e se foi um período fácil.

Quando Barbie começou a relatar como foi sua experiência no período escola, seu comportamento era totalmente diferente das demais, as atitudes tomadas por ela, ao nosso entender era uma forma de se proteger, igual aquela regra, “a melhor defesa é o ataque”, que se adequa perfeitamente.

“Eu na escola que era a portadora do *bullying*, eu mexia com todo mundo, eu fuxicava, eu que, tipo, a confusão, todo mundo já sabia que era eu que tinha começado. Eu sempre inventava fuxico para a pessoa vir brigar comigo. Sempre foi pra mim, muito tranquilo, porque não andava só, tinha mais duas trans na escola, a gente era o terror. Uma vez eu ia passando, aí tinha um menino no bebedouro e eu encostei nele sem querer, então olhei para ele e disse: - Desculpa. Ele olhou pra mim tão surpreso, pela fama de brigona que eu tinha, parecia que ele não acreditou que eu tinha pedido desculpa, aí eu fui olhei de novo e disse: - Desculpa nada, fiz porque eu quis, aí sai...kkkk”. (BARBIE)

Ao contrário de Barbie, o ambiente escolar não foi bom nem para Polly e muito menos para Suzy e lembramos que mencionamos que acreditávamos entender o motivo pelo qual a mesma não conseguiu realizar o desejo de seguir os passos do pai, tenha sido pelo fato de sua não aceitação na escola, enquanto aluno, e o preconceito enraizado na sociedade, é claro.

“Na escola quando tinha na hora do recreio tinha..., eu era mais nova na época, os meninos pegava comida e jogava em mim, eu andava só com as meninas, porque só eu era trans na escola, tinha pano de chão perto da coisa da merenda, eles jogavam em mim. Mulher, eu sofri tanto, até hoje eu sofro preconceito. Quando eu ia dizer para os professores, mais não dava jeito, falava e eles não faziam nada, cê ia lá, chorava...” (POLLY)

“Esse foi o motivo de você não ter mais ido para a escola?” (ENTREVISTADORA).

“Não foi só por causa disso, porque também eu era muito danada...kkk, eu fui expulsa da escola. Jogavam papel, era o “O”²³”. (POOLY)

“Não, muitas vezes eu pensei nem em ir mais para escola, porque, entendeu, era muito difícil aguentar os coleguinhas, as piadas e até mesmo uns olhares de umas secretárias, que olhavam para a gente com um olhar diferente, por que eu nem sabia direito quem eu era, só sabia que eu tava no corpo errado, não sabia direito, nesse período a escola foi muito difícil”. (SUZY)

Analisando o que as entrevistadas discorrem de como foi traumática enquanto frequentavam a escola, porém, ao começar, a saber, o que é preconceito, ainda tão novas, certamente terá reflexos em sua vida adulta. No mercado de trabalho competitivo em que vivemos atualmente, uma das coisas que torna um candidato melhor qualificado para um cargo ao qual o indivíduo esteja concorrendo é a escolaridade.

Foi o que Bernardineli e Dias, citam para justificar a dificuldade de uma mulher transexual conseguir sua inserção no mercado de trabalho, pois por não conseguir se manter na escola, por motivos já mencionados, dessa forma as transexuais não conseguem concluir nem ao menos o ensino básico, imagine o superior, sendo assim, infelizmente, as mesmas tem que se adequar ao que o mercado oferece, na maioria das vezes.

²³ Gíria muito utilizada no grupo LGBT, significa uma situação horrível. (AUTORIA PRÓPRIA)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização dessa monografia e com todas as complicações, foi possível compreender acerca das dificuldades que as mulheres trans encontram ao buscarem ingressar no mercado de trabalho. E temos a convicção de que, esse trabalho também pode levar a quem o tiver, trazer para sociedade a compreensão de quanto essa população é discriminada.

Desde o início da construção do TCC I foi pensado em fazer a pesquisas com pessoas de instituições que atendessem o público LGBT, no quesito de possibilidades que ofereçam um leque de opções de inserção a um emprego com carteira assinada, com mecanismos capazes de profissionalizar e oferecer cursos, porém, houve dificuldade num campo que respondesse as nossas indagações, bem como, nosso trabalho que exige bastante tempo, impossibilitando nossas visitas ao campo. Por consequência dessas dificuldades, optou-se pela pesquisa bibliográfica e de campo, com uma metodologia que tem embasamento em outras pesquisas já realizadas.

Logo, para a realização desse trabalho foram adotados três objetivos específicos, o primeiro foi verificar o perfil das mulheres transexuais inserida no mercado de trabalho; porém, para alcançar esse objetivo foi adotada uma metodologia de natureza qualitativa, dentre todas as características desse método, uma delas é a motivação, pois geralmente, o perfil dessas mulheres é de escolaridade baixa. O motivo foi o fato por terem sofrido preconceito na escola, passando por constrangimento com brincadeiras de mau gosto.

O segundo objetivo foi a verificação das condições socioeconômicas das mulheres transexuais. No entanto, para alcançar esse objetivo foi adotada uma metodologia bibliográfica, pois pudemos nos basear através de autores que discorrem com bastante propriedade acerca dessa temática. O que pode ser constatado em relação ao perfil socioeconômico é que em relação a sua inserção no mercado de trabalho, lógico, que é para se manter, mas não por ter necessariamente uma condição socioeconômica ruim.

O terceiro e último objetivo foi conhecer as políticas públicas destinadas as mulheres transexuais, em que foi possível perceber que foram muitas lutas, congressos, para que políticas públicas voltadas para o público LGBT, fossem criadas, mas que, apesar de já existirem, infelizmente o Brasil é o país que mais

mata homossexuais no mundo. Sem contar com as outras formas de violência que ocorrem motivadas ao preconceito e a intolerância.

De todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres trans, a transfobia é uma das que mais causa impacto negativo, o ódio junto com o menosprezo é capaz de humilhar, mas também de ceifar a vida, pela a razão de não serem vistas como normais.

Nesse sentido por tudo que foi discorrido, demonstra-se que os objetivos aos quais nos propusemos a desenvolver foram alcançados, quando observamos os apontamentos feitos na pesquisa, mais uma vez foi possível através do acervo bibliográfico que discorre sobre o tema, com fontes utilizadas da internet foi possível entender as exigências lançadas pelo mercado de trabalho, fazer conexões com as concepções dos autores acerca da transfobia, transexualidade, quais políticas disponibilizadas.

Com a pesquisa houve um entendimento sobre a necessidade que a mulher trans possui para sair da invisibilidade, do espaço de marginalização nem sempre verídico, de que não possuem uma doença por ter uma identidade de gênero diferente do sexo biológico.

Ficou evidenciado que, o que realmente falta é a oportunidade, negada constantemente. Anseia aqui que os resultados obtidos sejam capazes de abrir caminhos para outros trabalhos científicos, que esse tema ganhe uma maior atenção e que outras pessoas venham a ter interesse nesse assunto.

A discriminação que as mulheres trans passam, pois não são tratadas como os demais indivíduos, indo contrário a Constituição que diz que somos iguais perante a lei e a todos. Livres para amar quem quiser e sendo respeitado, que tem a dignidade interferida que e é necessário urgentemente à implementação de órgãos de apoio, que facilitem a entrada no mercado de trabalho da comunidade LGBT.

Foi possível perceber a luta diária travada pelas mulheres trans para não ter seus direitos que, além de não ser reconhecido pela a maior parte da sociedade, e o mínimo que as mesmas têm desses direitos, ainda são violados.

Outra constatação foi o fato da dificuldade dessa população LGBT, na inserção no mercado de trabalho, pois apesar de ser um direito de todos, mesmo com o auto índice de desemprego em nosso país, a dificuldade pelo fato de sua condição, torna-se ainda mais difícil e quando as mesmas conseguem, muitas vezes é como costureira ou em salão de beleza.

Acreditamos ter atingido os objetivos que esse trabalho se propôs, acerca da inserção das mulheres trans no mercado de trabalho, em relação à dificuldade sofrida por elas, mas não devemos esquecer a violência, e para diminuí-la, é necessário que a sociedade, conheça sobre a transexualidade, a identidade de gênero e, dessa forma, respeitar o modo de vida, rompendo com o preconceito que tanto machuca, afasta as pessoas umas das outras, isso ocorre por um fenômeno que conhecido como transfobia.

Com a pesquisa houve um entendimento sobre a necessidade que a mulher trans possui para sair da invisibilidade, do espaço de marginalização nem sempre verídico, de que não possuem uma doença por ter uma identidade de gênero diferente do sexo biológico. Fica evidenciado que realmente falta a oportunidade, negada constantemente.

Logo, conclui-se que o trabalho é um direito que está longe de ser alcançado pelo público LGBT e que só uma pequena parcela tem acesso a ele, lamentavelmente, pois é pelo trabalho que o indivíduo realiza suas aspirações progredindo financeiramente e intelectualmente.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, 1901- **Dicionário de filosofia / Nicola Abbagnano; tradução Alfredo Bosi.** - 2 1 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998. P.342.

ADELMAN, Miriam. **Travestis e transexuais e os outros: identidade e experiências de vida.** Niterói: UFF, 2003.

ARÁN, Márcia and MURTA, Daniela. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde.** Physis [online]. 2009, vol.19, n.1, pp. 15-41. ISSN 0103-7331.

ARAGUSUKU, H.A.; LOPES, M.A.S. **Políticas Públicas e Direitos LGBT no Brasil: dez anos após O Brasil Sem Homofobia.** 2014.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional do transexual.** São Paulo: Saraiva, 2000.

ASSIS, Inajara. S. **A problemática do transexualismo.** Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 528, 17 dez. 2004.

BARBOSA, Bruno Cesar. "**Doidas e putas**": usos das categorias travesti e transexual. Sex., Salud Soc. (Rio J.) [online]. 2013, n.14, pp. 352-379. ISSN 1984-6487.

BRASIL. **O Ministério Público e os Direitos de LGBT: conceitos e legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará.** – Brasília: MPF, 2008. 84p.

_____. **Art. 58 da Lei nº. 6.015/73 2011.** Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11328286/artigo-58-da-lei-n-6015-de-31-de-dezembro-de-1973>. Acesso em: 05 de nov de 18

_____. **Secretaria Especial e Direitos Humanos.** Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos – LGBT. Brasília, 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Título I Dos Direitos E Garantias Fundamentais Capítulo I Dos Direitos E Deveres Individuais E Coletivos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 de out de 2018.

BERNARDINELE, Muriana Carrilho e DIAS, J. A. Honório. **O Transexual E O Direito De Acesso Ao Mercado De Trabalho: Do Preconceito À Ausência De Oportunidades.** 2016. 259p. Disponível em: <file:///C:/Users/etelv/Downloads/document.pdf>. Acesso em: 11 de out de 18.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade/ Berenice Alves de Melo Bento.** – São Paulo; 2008, (Coleção Primeiros Passos).

BARRETO, F. Leão; CHAVES, Mariana; Pamplona Filho, Rodolfo. Disponível em: https://www.lex.com.br/doutrina_27676497_A_TUTELA_JURIDICA_DA_TRANSEXUALIDADE_NO_BRASIL.aspx. Acesso em: 05 de out de 2018.

BUTLER, J. (2002) **Cuerpos Que Importan. Sobre Los Límites Materiais Y Discursivos Del “Sexo”**. Buenos Aires: Paidós.

CARVALHO, Mario Felipe De Lima. A (Im)Possível Pureza: Medicalizações E Militância Na Experiência De Travestis E Transexuais. **Sexualidad, Salud Y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio De Janeiro (IMS-UERJ, CLAM), N. 8, P. 36-62, 2011.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas Reflexões Para Estabelecer A Cronologia Do “Fenômeno Transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira De História**. São Paulo, V. 21, N. 41, P. 77-111. 2001.

CHAVES, Emmily Negrão; NASCIMENTO. Thayana Evely Pinto. **(IN)VISIBILIDADE TRANS**: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrev ediscussaoacercadatransfobianavidadetravestisetransexuais.pdf>. Acesso em: 25 de out de 2018.

CHINOY, Ely. **Sociedade – uma Introdução a Sociologia**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

COTTA, Carolina. **Redesignação sexual: Você sabe como é a cirurgia de mudança de sexo?** 2016. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2016/07/19/noticias-saude,189873/redesignacao-sexual-voce-sabe-como-e-a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo.shtml>. Acesso em: 24 de out de 2018.

DE CUPIS, Cláudio Ari. Contribuição para uma teoria híbrida dos direitos de personalidade. In: SARLET, Ingo W. (Org.). **O novo Código Civil e a Constituição**. Porto Alegre, RS: Livraria dos Advogados, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Vol. 4. Campinas: Papirus, 2009.

DEUS, Amadeu Lima de. **“Na vida tenho experiência”**: uma etnografia sobre narrativas e memórias de travestis e transexuais envelhecidas em Belém do Pará. 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. RT. 2007.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, V. 12, Nº 1, jan.-abr. 2004 - pág. 47-71.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, Bruno. **A História do Movimento LGBT**. Disponível em: <https://historiadoresbr.wordpress.com/2015/07/23/a-historia-do-movimento-lgbt/>. Acesso em: 12 de nov de 2018.

FERREIRA, Aline Fernanda da Silva. **Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Assalariado**. 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/transicao-do-trabalho-escravo-para-o-trabalho-assalariado/25098/>. Acesso em: 08 de ago de 2018.

FORTALEZA, Relatório **Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra: Atividades e Perfil da População LGBT Atendida em 2017**. Disponível em: file:///C:/Users/etelv/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Rita%20de%20Cassia/RELATÓRIO_ANUAL_CRLGBTJD__2017%20-%20VERSÃO%20EX%20FINAL.pdf. Acesso em: 12 de nov de 2018.

FRANCO, Lucas Nascimento. **Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%BAblicasBrasil%20%281%29.pdf>. Acesso em: 05 de nov de 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GIONGO, C; MENEGOTTO, L; PETERS, S. **Travestis e transexuais profissionais do sexo: Implicações da Psicologia**. Brasília, v 32, n. 4, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000400017&script=sci_arttext>. Acesso em 20 set 2018.

GUERRA, Luis Antônio. **Sexo, Gênero e Sexualidade**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acesso em: 22 de out de 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões**. Em Pauta. 2011, n. 28, pp. 165-182. ISSN 1414-8609.

KOMETANI, P. **Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economaa/concurrsosееееemprego/notcaa/transexuraaseenfrentamebarrearaseparaconseguareaceatacaoenoemercadoeet rabalho.ght ml>>. Acesso em: 25 de jun 2018.

LAKATOS, E. M. MARCONI, A. M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAPA, Nádia. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. In: **Carta Capital**. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-praque/o-preconceitocontra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>. Acesso em: 21 março 2014.

LOPES, André Córtes Vieira. **Transexualidade:** Reflexos da Redesignação Sexual. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/229.pdf. Acesso em: 09 set 18.

MARTINS, Geiza. **Glossário de gênero: entenda o que é cis, trans, não-binário e mais...** Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-terminos-cis-trans-binario.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/etelv/Downloads/16414-87394-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 de nov de 18.

MELLO, Luiz; AVELAR, Resende Bruno de. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Vol 27, nº 2. Maio/agosto de 2012. Pág. 289-312.

MELGAR, A. M. **Derecho del Trabajo**. 16. ed. Madrid: Tecnos, 1995

MINAYO, S. C. DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Cecília de Saouza Minayo (organizadora). 28. ed. –Petópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, A. L., SOUZA JUNIOR, P. F. M. **Políticas Públicas para a População LGBT:** Programas de Ações na Área da Saúde. Disponível em: <https://www.riachaonet.com.br/portal/artigo-politicas-publicas-para-populacao-lgbt-programas-de-acoes-na-area-da-saude/>. Acesso em: 05 de nov de 2018.

MOTT, Luiz; ALMEIDA, Cláudio; CERQUEIRA, Marcelo. **Epidemia do ódio:** 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010. Grupo Gay da Bahia (GGB), Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.onu.org.br> Acesso em: 28 dez.18.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OPAS BRASIL. **Oms Divulga Nova Classificação Internacional de Doença (CID-11)**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

PAIVA, Tatiana. **Homofobia e Transfobia: Intolerância que mata**. 2017. Disponível em: <https://www.violenciasocial.com/homofobia-e-transfobia-intolerancia-que-mata/>. Acesso em: 30 de out de 2018.

PEREIRA, Cleyton F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos-RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, 11 de nov de 2018.

PICAZIO, Claudio. **Sexo secreto: Temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Edições GLS, 1999.

PLANOLGBT. Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. 2009. SEDH. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>. Acesso em: 07 de nov de 2018.

_____. **Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil**. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>. Acesso em: 25 de out de 2018.

_____. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília: 2016.

POMPEU, Ana. **Stf autoriza pessoas trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou ordem judicial**. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>. Acesso em: 24 de out de 2018.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contra-Sexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Madrid: Opera Prima, 2002.

RANGEL, Tauã Lima Verdán apud BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 21 ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros Ltda., 2007, p. 563. Princípios de Yogyakarta e os direitos humanos: orientação sexual e identidade de gênero. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3821, 17 dez. 2013. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 19 de nov de 2018.

RENAULT, L. O. L.; RIOS, M. I. F. **Discriminação: Desdém da Pessoa Humana em Branco e Preto**. São Paulo: LTr, 2010.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **"Movimentos sociais: breve definição"**: Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

RODRIGUES, Alex. **Registradas 6.809 denúncias de violações aos direitos humanos de homossexuais em 2011**. Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação, 28 jun. 2012. Disponível em: <http://agen>

ciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-28/registradas-6809-denuncias-de-violacoes-aos-diretos-huma-nos-de-homossexuais-em-2011>. Acesso em: 28 de out de 2018.

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.A.D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface (Botucatu)* [online], v.16, n.42, p. 637-649, 2013.

SCHEIBE, Elisa. Direito de personalidade e transexualidade: a promoção da dignidade da pessoa humana em uma perspectiva plural. Dissertação (Mestrado em Direito) – **Universidade do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo, RS**: Unisinos, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18a. edição. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 147.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **Transexualidade: a superação do conceito binário de sexo**. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2644, 27 set. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17495>>. Acesso: 29 de set de 2018.

SOUTO, L. **Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>. Acesso em: 25 de jun de 2018.

SZANIAWSKI, Elimar. Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual: estudo sobre o a transexualidade – aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1998.

TRAVASSOS, Bárbara. **Nome social um direito humano das travestis, mulheres transexuais ou homens trans e da polícia civil do Estado de São Paulo**. 2016. Disponível em: <https://barbaratravassos.jusbrasil.com.br/artigos/343828557/nome-social-um-direito-humano-das-travestis-mulheres-transexuais-ou-homens-trans-e-da-policia-civil-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 24 de out de 2018.

VASCONCELLO, L. T. **Travesti e Transexuais no Mercado de Trabalho**. Disponível em <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0409.pdf>. Acesso no dia 25 de jun de 2018.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Aspectos psicológicos, médicos e jurídicos do transexualismo**. *Psicólogo Informação*, ano 4, n. 4, p. 74, jan./dez. 2004.

WEBSTER'S New Universal Unabridged Dictionary, New York, Dorset & Barber, 2a ed., 1983; **The American Heritage Dictionary of the English Language**, Boston, **Houghton Mifflin Co**, 1979; *The Oxford English Dictionary*, Oxford, The Clarendon Press, 1933. Disponível em: <file:///C:/Users/etelv/Downloads/67461-Texto%20do%20artigo-88881-1-10-20131125.pdf>. Acesso em: 01 de out de 2018.

ZANELLI, J. C. e SILVA, N.. **Programa de Preparação para Aposentadoria**. Florianópolis: Insular, 1996, p. 112.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS

A entrevista a seguir é parte de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, referente ao curso de Serviço Social. Contamos com a sua participação e colaboração para responder de maneira sincera às questões seguintes. Os dados coletados na pesquisa são sigilosos. Não é necessário se identificar. Antes de assinalar a resposta você deve ler cada questão com calma e atenção. As respostas devem ser realizadas de forma individual.

1. COMO FOI SEU PROCESSO PARA SUA ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO?
2. NA SUA OPINIÃO EXISTEM MERCADO DE TRABALHO MAIS ABERTOS OU MAIS FECHADOS PARA AS MULHERES TRANSEXUAIS?
3. TERIA OUTRA PROFISSÃO QUE VOCÊ SONHOU EM REALIZAR?
4. SUA FAMÍLIA LHE DEU SUPORTE PARA SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO?
5. QUANDO VOCÊ COMEÇOU A TRABALHAR, ALGUM PATRÃO SUJERIU PARA QUE VOCÊ MUDASSE SUA APARENCIA?
6. A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA FOI UM PERÍODO TRANQUILO? OU OCORRERAM PROBLEMAS?

ANEXOS

ANEXOS A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e /ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: _____ desenvolvida por _____ . Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:
